



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS

CRISTIANA INES DAMASIO E SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA TUIA
CHEIA EM COUTO MAGALHÃES, TOCANTINS**

Palmas/TO
2020

CRISTIANA INES DAMASIO E SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA TUIA
CHEIA EM COUTO MAGALHÃES, TOCANTINS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas como requisito para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Keile Aparecida Beraldo.
Coorientadora Profa. Dra. Lina Maria Gonçalves

Palmas/TO
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S586p Silva, Cristiana Inês Damásio .
Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional:: Uma
Análise do Programa Tuia Cheia em Couto Magalhães, Tocantins . /
Cristiana Inês Damásio Silva. – Palmas, TO, 2020.
90 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do
Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-
Graduação (Mestrado) Profissional em Gestão de Políticas Públicas,
2020.
Orientadora : Keile Beraldo
Coorientadora : Lina Maria Gonçalves

1. Políticas Públicas . 2. Segurança Alimentar . 3. Atividades
Produtiva. 4. Tuia Cheia. I. Título

CDD 350

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).


CRISTIANA INES DAMASIO E SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E
NUTRICIONAL: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA TUIA
CHEIA EM COUTO MAGALHÃES, TOCANTINS**


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas como requisito para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Políticas Públicas, sob orientação da Profa. Dra. Keile Aparecida Beraldo.

Data da defesa: 19/11/2020


Banca Examinadora




Profa. Dra. Keile Aparecida Beraldo – Orientadora – UFT



Profa.Dra. Lina Maria Gonçalves –Co-orientadora – UFT



Prof. Dr. Diego Neves de Sousa – Examinador – Embrapa/GESPOL



Prof. Dr. José Carlos da Silveira Freire – Examinador Externo - UFT

Palmas/TO
2020

É com muita alegria que dedico este trabalho a Deus, pois me possibilitou concluir este curso tão maravilhoso.

Aos meus pais que sempre me incentivaram a estudar e sempre me apoiaram.

Ao meu esposo, grande incentivador. Desde o início, me apoiou e permitiu minha dedicação, em vários momentos exclusivos a este.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora, meu porto seguro durante a construção deste trabalho.

A todos os professores do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da UFT, por ter proporcionado a difusão de conhecimentos ímpares, sendo um suporte para que diversas questões fossem debatidas.

À Coordenação e Secretaria do Mestrado, que sempre buscaram soluções para resolver as demandas da nossa turma.

Aos colegas, pelos momentos de estudos e aprendizados valorosos que carregarei por toda minha vida.

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo analisar os resultados do Programa Tuia Cheia (PTC), buscando compreender o papel das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, suas contribuições, avanços e retrocessos em municípios da região norte do Brasil. Foi realizado estudo de caso do PTC no município de Couto Magalhães, situado na região Norte do Brasil, ao Nordeste do estado do Tocantins, que faz parte do contexto de municípios afetados pela insegurança alimentar e nutricional. Utilizou-se das abordagens qualitativa e quantitativa, com a combinação de análise documental, observação participante, entrevistas informais e grupo focal. Os resultados da pesquisa demonstram que o PTC contribuiu para a diminuição da insegurança alimentar e nutricional no município de Couto Magalhães. O programa atendeu às escolas públicas municipais por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e demandas da comunidade local. No decorrer da pesquisa se observou a importância do PTC para a produção de alimentos e garantia de segurança alimentar. Portanto, no município em pauta, o PTC está em consonância com a legislação vigente e atende à política pública de segurança alimentar e nutricional. Por fim, é importante considerar o protagonismo dos agricultores para a continuidade do programa, já que tem como público prioritário os assentados da reforma agrária da região.

Palavras-chaves: Políticas Públicas. Segurança Alimentar e Nutricional. Projetos de Assentamentos. Agricultores Familiares.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the results of the Tuia Cheia Program (TCP), seeking to understand the role of public policies on food and nutrition security, their contributions, advances and setbacks in municipalities in the northern region of Brazil. A case study of the TCP was carried out in the municipality of Couto Magalhães, located in the northern region of Brazil, in the northeast of the state of Tocantins, which is part of the context of municipalities affected by food and nutritional insecurity. A qualitative and quantitative approach was used, with the combination of document analysis, participant observation, informal interviews and focus group. The results of the research demonstrate that the TCP contributed to the reduction of food and nutritional insecurity in the municipality of Couto Magalhães. The program served municipal public schools through the National School Feeding Program (NSFP) and demands from the local community. During the research, the importance of the TCP for food production and food security guarantee was observed. Therefore, the TCP in the city in question is in line with current legislation and complies with public policy on food and nutritional security. Finally, it is important to consider the role of farmers for the continuity of the program, as it has a well-defined target audience: family farmers settled in the region.

Key-words: Public policy. Food and nutrition security. Settlement Projects. Family Farmers.

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ACAR	Associação de Crédito e Assistência Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
COBAL	Companhia de Abastecimento de Alimentos
CONSEA	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAN	Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição
FAE	Fundo de Assistência ao Estudante
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GF	Grupo Focal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MESA	Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar
MST	Movimento dos trabalhadores rurais sem Terra
PA	Pará
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBF	Programa Bolsa Família
PFZ	Programa Fome Zero
PGPAF	Programa Garantia de Preço da Agricultura Familiar
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNPB	Programa Nacional de Produção de e uso do Biodiesel
PNSAN	Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTC	Programa Tuia Cheia
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEAF	Seguro da Agricultura Familiar
SEAF	Seguro da Agricultura Familiar
SISAN	Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TO	Tocantins
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Localização dos PAs Couto Magalhães, Tocantins	46
Figura 2- Acesso ao PA Juari e estrada de acesso ao PA União.....	48
Figura 3 - Acesso ao PA 700, estrada de acesso ao PA Belenzinho e ao PA Morrinhos	50
Figura 4- Acesso ao PA Pé do Morro e PA Cocal	51
Figura 5- Acesso ao PA Campo da Missa e PA Senhor do Bonfim	52
Figura 6- Acesso ao PA Alto Alegre e PA Bonanza	53
Figura 7- Acesso ao PA Bananal e Estrada de acesso ao PA São Sebastião	54
Figura 8- Acesso PA Orquídea Azul.....	55
Figura 9- Acesso ao PA Monte das Oliveiras e ao PA Vale do Paraíso	57
Figura 10- Estrada de acesso ao PA Morrinhos e PA Belenzinho e PA Haras Suécia	57
Figura11 - Situação de segurança alimentarno Brasil 2004/2013.....	27
Figura 12 - Situação de segurança alimentar no Brasil 2017/2018	28
Quadro 1 - Características dos agricultores familiares assentados do Município de Couto Magalhães.	62
Quadro 2 - Convergências entre PNSAN e PTC.....	72

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	Objetivo Geral.....	16
1.2	Objetivos Específicos.....	16
2	REVISÃO DE LITERATURA: O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	17
2.1	Políticas Públicas: conceitos	17
2.2	Políticas Públicas Agrícolas e a Agricultura Familiar.....	20
2.3	Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.....	26
2.4	A Política de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil	31
2.5	A Extensão Rural no Estado do Tocantins	36
3	METODOLOGIA.....	39
3.1	Área de estudo: A História do município de Couto Magalhães - TO	40
3.2	Participantes da pesquisa	42
3.3	Procedimentos de pesquisa	43
3.3.1	Etapa de Revisão de Literatura.....	43
3.3.2	Etapa da coleta de dados.....	43
3.3.3	Etapa e descrição e análise dos dados.....	45
4	A QUESTÃO AGRÁRIA E FUNDIÁRIA: HISTÓRIA DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS NO TERRITÓRIO DE COUTO MAGALHÃES, TOCANTINS. ...	46
5	ANÁLISE DO PROGRAMA TUIA CHEIA	61
5.1	Desenvolvimento do PTC e as questões agrárias.....	62
5.2	Participação em Programas Institucionais - PNAE.....	65
5.3	Produção trabalho e renda dos agricultores que participam do PTC	66
5.4	A sucessão e a permanência dos jovens no rural.....	69
5.5	Os impactos da pandemia do COVID-19	70

5.6 Convergências entre a PNSAN e o PTC.....	71
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS.....	76
APÊNDICE A – PRODUTO DA PESQUISA.....	84
ANEXO A – ATA DE REESTRUTURAÇÃO DO COMSEA.....	90

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), aproximadamente 10,8% da população mundial ainda sofrem de desnutrição. A complexidade desse fenômeno, elemento fundamental da questão agroalimentar no contexto contemporâneo, exige políticas públicas articuladas e convergentes entre os diversos setores e também de instâncias de diálogo que superem as barreiras das políticas setoriais (FAO, 2018).

No caso do Brasil, a história das carências alimentares e nutricionais inicia-se no período da colonização, passa pelo período da República e ainda persiste até os dias atuais. Na década de 1930, o médico e geógrafo Josué de Castro, em seus estudos, já demonstrava que a insegurança alimentar nutricional afetava de forma desigual os diferentes segmentos da sociedade. Segundo Castro (1946) a insegurança alimentar e nutricional é determinada por fatores econômicos, políticos, ambientais, educacionais, dentre outros.

O fato é que o problema da fome sempre afetou tanto o meio urbano quanto o meio rural. Mas, no entanto, no meio rural agravou-se ao longo dos anos devido à intensa migração urbana associada à industrialização acelerada e ao processo de modernização conservadora da agricultura. E chegou aos dias atuais com milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricionais (MANIGLIA, 2009; FAO, 2018).

Uma dimensão importante a ser observada quando se trata de segurança alimentar e nutricional é a capacidade do Brasil de produção de alimentos e do abastecimento alimentar. Pode-se dizer que o país é autossuficiente na produção dos alimentos básicos consumidos pela população, a exceção do trigo. Infelizmente isso não se traduz na distribuição dos mesmos de forma igualitária, o que tornou o Brasil um dos países mais desiguais do mundo, de acordo com o relatório da Oxfam, Brasil de 2018 "País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras" de 2018. Segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil já é o 9º país mais desigual do planeta.

Estes problemas, aliados aos perigos dos efeitos dessa produção no meio ambiente são percebidos em várias áreas do planeta, têm impulsionado a busca por soluções inovadoras, tais como: a elaboração de modelos para a limitação do uso dos recursos naturais não renováveis, que garantam a segurança alimentar e

nutricional, e que sejam capazes de se adaptar ao crescimento populacional, êxodo rural, desemprego e à fome.

Cabe destacar que, segundo o artigo 3º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (2006), Segurança Alimentar e Nutricional pode ser entendida como:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base em práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, SESAN, 2006)

A política de segurança alimentar e nutricional no Brasil foi construída ao longo do tempo. Há mais de duas décadas, desde o programa Ação da Cidadania, quando 32 milhões de brasileiros passavam fome, o país tem empreendido esforços nesse sentido. Segundo dados da FAO (2018) entre os anos de 2003 e 2013, as novas políticas do governo federal ajudaram a reduzir em 54% a fome extrema no Brasil.

Mesmo diante das ações do estado, as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que 30,2% das famílias brasileiras que sofrem devido à insegurança alimentar estão em áreas rurais e nas regiões norte e nordeste do Brasil (IBGE, 2017).

O município de Couto Magalhães, situado na região Norte do Brasil ao Nordeste do estado do Tocantins (TO), faz parte do contexto de municípios afetados pela insegurança alimentar e nutricional. Assim como a maioria dos 139 municípios tocantinenses considerados de pequeno porte, Couto Magalhães tem em sua área rural a presença de 17 Projetos de Assentamentos (PA) de Reforma Agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e de créditos fundiários, 03 distritos, além de chácaras e fazendas.

De acordo com o IBGE (2019), a população estimada para o município de Couto Magalhães é de 5.588 habitantes e cerca de 70% deste total reside na zona rural, onde desenvolvem principalmente a agricultura familiar. Sendo que 50% da população têm renda mensal per capita de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, e só 10% da população total está ocupada. Isto representa alto índice de desemprego, sendo a população rural com o maior número de pessoas que se encontram em vulnerabilidade social. Assim, o poder público municipal de Couto Magalhães vem buscando alternativas para minimizar os problemas socioeconômicos no município.

Cortado pela rodovia TO-336, tendo divisa com o estado do Pará a beira do rio Araguaia, Couto Magalhães situa-se dentro de uma zona de transição do bioma Cerrado para a Floresta Amazônica. Nesse sentido, uma das alternativas encontradas foi apoiar os agricultores familiares para que conseguissem acessar as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, e fornecessem a alimentação escolar por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para os alunos da rede municipal de ensino.

Dessa forma, no ano de 2013, o governo municipal instituiu o Programa Tuia Cheia (PTC). O PTC foi pensado, elaborado para contribuir com a organização da produção de alimentos e combater a insegurança alimentar e nutricional da população local.

Diante desse contexto, este trabalho busca compreender o papel de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e sua relevância para municípios de pequeno porte, como Couto Magalhães, com população rural em vulnerabilidade social e marcada com a forte presença de assentados em projetos de assentamentos na região. Demonstrando suas contribuições, avanços e retrocessos no combate à insegurança alimentar e nutricional, produção de alimentos, geração de renda no município de Couto Magalhães.

Assim, as questões problematizadoras que norteiam esta pesquisa são: O Programa Tuia Cheia conseguiu alcançar seus objetivos de combater a insegurança alimentar e nutricional no município de Couto Magalhães? Como os beneficiários do programa avaliam os resultados alcançados?

Ressalta-se o fato de que o PTC está atrelado a outras políticas públicas de segurança alimentar e nutricionais amparados pela lei nº 235 de 13 de dezembro de 2017, que fortalece a agricultura familiar por meio de compras institucionais pelo município, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Dessa forma, a partir de observações participativas, busca-se compreender como as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional podem melhorar as condições de vida dos agricultores e suas famílias da região. E, como produto final, apresentar uma proposta de reestruturação do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) no município de Couto Magalhães, assim como propor o projeto Farmácia Viva que minimizem os problemas de insegurança alimentar e nutricional em parceria com outras instituições e municípios da região.

Isso posto, este trabalho está organizado em cinco capítulos, sendo o primeiro uma breve introdução sobre a temática da segurança alimentar e nutricional, e os objetivos da pesquisa.

No segundo capítulo se apresenta as estratégias metodológicas usadas na pesquisa, destacando as etapas criadas para identificar e analisar os dados.

No terceiro capítulo busca contextualizar a história dos projetos de assentamentos no município de Couto Magalhães, tratando das questões fundiárias e agrárias que interferem no cotidiano dos agricultores e seus familiares.

No quarto capítulo revisita-se a literatura sobre o histórico das políticas públicas para a agricultura e sua relação com as ações de segurança alimentar e nutricional no Brasil e no estado do Tocantins.

No quinto capítulo são explanados os resultados do Programa Tuia Cheia, com uma avaliação dos agricultores familiares e assentados que participam do Programa. E, por último, são apresentadas as considerações finais.

1.1 Objetivo Geral

Analisar os resultados do Programa Tuia Cheia (PTC), buscando compreender o papel de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, suas contribuições, avanços e retrocessos em municípios da região norte do Brasil.

1.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar e levantar as ações do Programa Tuia Cheia nas comunidades atendidas pelo programa;
- b) Descrever o processo de organização dos assentados e seus familiares que participam do programa nos projetos de assentamentos atendidos pelo programa;
- c) Compreender como os agricultores beneficiários avaliam o programa Tuia Cheia e de que forma o programa contribuiu para melhorar a renda familiar.

2 REVISÃO DE LITERATURA: O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

No Brasil, a Constituição vigente estabelece como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; além de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (CASTRO; OLIVEIRA, 2014).

Diante deste cenário, esta revisão da literatura busca destacar o papel das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional em pequenos municípios da região Norte do Brasil. Para tanto serão retomados conceitos que embasem tal pesquisa. Visto que o objeto presente desta investigação é analisar o desenvolvimento (implementação) de um programa com abrangência municipal na área de política pública de segurança alimentar e agricultura familiar.

2.1 Políticas Públicas: conceitos

A Palavra “política” tem origem na palavra “*pólis*”, que pode ser traduzida como um lugar ou arena de decisões sobre a vida em sociedade. Já a palavra “*pública*” refere-se ao interesse precípua dos cidadãos. Desse modo a expressão “*política pública*” pode se referir ao interesse dos cidadãos no tocante às decisões sobre sua vida em sociedade (BRASIL, 2016).

Para que se compreenda o papel das políticas públicas, é importante situar os conceitos aos quais se referem cada termo em discussão. As políticas públicas chegam até seu público alvo por meio do Estado, este é que toma as decisões para direcionar recursos públicos para constituírem políticas públicas diante dos problemas da sociedade. Souza (2006) define políticas públicas como a área do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações.

As abordagens mais tradicionais presentes na literatura brasileira geralmente vinculam as políticas públicas às ações e decisões de governo, sendo que essas

ações têm por objetivo tratar problemas em áreas como educação, saúde, transporte, trabalho, moradia, segurança, lazer, dentre outras (AMORIM; BOULLOSA, 2013).

Sabourin, Samper e Sotomayor (2015), recorrem à definição de política pública de Muller (2003) como uma junção de ações coordenadas e implementadas, com o objetivo de modificar ou evoluir determinada situação. Ou seja, as políticas públicas devem provocar alguma mudança, alteração em algo, geralmente problemas coletivos que afligem a vida dos cidadãos. Mas não devem ser de forma isolada, mas sim fundidas para provocar maior impacto.

A formulação de políticas públicas, na ótica de Muller, Fleurey e Jézéquel (2005), consiste em construir uma representação social ou imagem da realidade sobre a qual pretende -se realizar determinada intervenção. Isso indica que a referência que os atores sociais construíram, pauta-se sobre a interpretação do problema (dimensão cognitiva), ao confrontar - se suas soluções e propostas de ação pública (dimensões normativa e instrumental). Assim, essa visão de mundo torna - se a “referência” para tal política pública.

Em seu trabalho Souza (2006) pauta-se nos autores Peters (1986), o qual explica que as políticas públicas se dão pela soma de atividades governamentais, que agem diretamente ou por delegação e que visa influenciar a vida dos cidadãos. Mead (1995), define – a como área da política que avalia o governo diante das questões públicas. Enquanto que Lynn (1980), políticas públicas resume em um conjunto de ações governamentais que devem produzir resultados específicos. E para Dye (1984), consiste na escolha governamental, sobre o que este deve ou não fazer. Por sua vez, Souza (2006), afirma que as definições de Laswell (1936), é a mais conhecida. Para quem as políticas públicas giram em torno dos questionamentos: quem ganha o quê, por que, e que diferença faz? A definição deste autor busca explicitar as formas que identifiquem em maior proporção a presença ou a provocação da política pública.

Castro e Oliveira (2014), definem políticas públicas por conjunto de políticas, programas e ações do Estado, diretamente ou não, necessárias diante de desafios e oportunidades de interesse coletivo. Políticas públicas são ofertas de serviços e ações do Estado, que influenciam a vida das pessoas diante de problemas ou resolução de problemas que se tornaram coletivos. Segundo Carneiro, Guedes-Bruni e Leite (2009), uma política pública é composta de vários programas. Um programa

se constitui de um conjunto mais ou menos integrado de ações e de projetos voltados para uma determinada área ou setor. Os projetos são meios pelos quais as políticas e os programas ganham corpo. Assim, as políticas públicas interferem na vida das pessoas para melhorá-las e prepará-las melhor para o enfrentamento das dificuldades que correspondem às dificuldades de muitos. Sendo o Estado o provedor destas ações e serviços a partir do planejamento e diálogo entre entes federados e sociedade.

Nesse contexto, o Estado ao organizar a sociedade, atua de forma intervencionista seja na vida econômica, social ou política da população. Nesse processo, considerando a adoção do modelo de federação tridimensional do Estado brasileiro, que representa três níveis de poder (federal, estadual e municipal), com competências próprias e autonomia político-administrativa é importante compreender o processo de implementação das políticas públicas bem como os possíveis fatores que interferem nesse processo (DIEGUES, 2012).

Na concepção de Paiva (2002), o que se espera do papel do Estado é que este atue de forma a direcionar as potencialidades locais, lançando mão de políticas coordenadas com atividades sociais. Deve buscar a descentralização do processo produtivo que tem como foco uma sociedade local estruturada para alcançar o desenvolvimento de determinado local (estado, região ou município). O Estado precisa vislumbrar aglomerações produtivas e que tenham concentração de pobreza para potencializar os efeitos das ações.

Como em outras áreas do conhecimento, diversas abordagens procuram demonstrar como as políticas públicas são formuladas e executadas, os atores envolvidos e o que considerar na análise. Como resultado, as respostas são variadas e trazem a percepção do pesquisador e suas referências teóricas. Para Cançado, Pereira e Tenório (2015), existe uma ligação coletiva, em que as decisões acontecem sem coerção e com diálogo, e na cidadania a participação do cidadão acontece dentro de um espaço público, porque é onde se exerce o direito ao voto, a voz, a livre expressão do pensamento.

Para Dias e Matos (2012), a municipalização das políticas públicas de educação e saúde foi crucial para possibilitar que chegassem até a população mais carente do Brasil a partir de 1990. Assim como as políticas públicas de assistência social nos anos 2000. Desta forma, os serviços de saúde, assistência social e segurança alimentar foram organizados em 03 sistemas. O Sistema Único de Saúde

(SUS); o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Estas políticas de saúde, educação e assistência social foram implantadas e realizadas por meio da responsabilidade compartilhada entre os entes federados, do desenho até a aplicação das mesmas. Destaca-se o fato de que o investimento dos recursos públicos ocorreu devido ao crescimento econômico, o que proporcionou o financiamento das políticas sociais.

Um aspecto facilitador para que a gestão municipal permaneça como ente concentrador na lógica de execução das políticas públicas reside na capacidade de inovação e experimentação destas. Muitas vezes, é a partir das políticas e programas municipais bem-sucedidas que os níveis estadual e federal desenham suas políticas, permitindo que ganhem escala e se convertam em políticas ou programas de largo alcance. Dois exemplos bem conhecidos no nível federal são o PBF e o PSF (PAES; SOUSA, 2014).

Pode-se dizer que as políticas públicas dão partida a um circuito de influências bastante complexo em diversos fatores do desenvolvimento, esquematicamente divididos em cinco dimensões: social, econômica, ambiental, territorial e político-institucional. Os resultados esperados do processo de desenvolvimento, considerando essas dimensões, vão depender das combinações de políticas públicas conduzidas pelos diversos estados nacionais e de acordo com a autonomia dada aos municípios (CASTRO; OLIVEIRA, 2014 p. 23).

Segundo Castro (1946), a produção de alimentos envolve questões políticas, sociais, ambientais e econômicas que podem eleger e desbancar qualquer sistema de governo. A tese principal é que a questão da fome se trata da má distribuição das riquezas e dos produtos, e não da escassez em termos quantitativos. Portanto, um problema de ordem pública que compõem a segurança alimentar e nutricional no Brasil vai desde a distribuição e posse da terra, financiamentos, assistência técnica, construção de mercados dentre outras.

2.2 Políticas Públicas Agrícolas e a Agricultura Familiar

De acordo com Sousa (2019), a Lei nº 11.326/2006 referente à Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais define os públicos prioritários da agricultura familiar para garantir o seu acesso às políticas

públicas. Para além dos agricultores familiares propriamente ditos, citam-se os assentados de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, povos da floresta, seringueiros, pescadores artesanais, aquicultores (que cultivam em reservatórios com até 2 ha ou 500m³ de água), silvicultores (que manejam de forma sustentável florestas nativas ou exóticas), dentre outros povos tradicionais que se enquadram no Decreto nº 6.040/2007 que trata sobre a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2006).

Devido à importância da agricultura familiar, a Organização das Nações Unidas elegeu o ano de 2014 como o ano internacional da agricultura familiar. Para Grisa (2014), esta categoria social é fundamental para fornecer alimentos, com sua forma particular de produção oferece segurança alimentar e diminuição da pobreza. A partir do ano internacional da agricultura familiar, diversos países inseriram em seus planejamentos, políticas públicas para a agricultura familiar, ou fortaleceram as já existentes. Grisa e Schneider (2014) apresentam a trajetória das políticas públicas para a agricultura e como se deu a construção das políticas públicas para a segurança alimentar. Os autores delimitam as políticas públicas implementadas pelo Estado entre os anos de 1994 a 2003, em três gerações.

De acordo com Sousa (2019), na primeira geração destacou-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura. (PRONAF), que foi a primeira política agrícola do país direcionada especificamente aos agricultores familiares com o intuito de liberar crédito rural. O PRONAF foi importante por destinar recursos financeiros significativos para propiciar a produção agrícola da agricultura familiar. É tido como a primeira política pública para a agricultura familiar, com crédito agrícola, institucionalização de apoio aos pequenos trabalhadores rurais com o intuito de incentivar a fixação dos mesmos no meio rural. Para Wanderley (2009) e Abramovay (2002), o referido programa tornou mais significativo à vida no campo, além de destacar o rural como lugar de trabalho e vida.

A agricultura familiar é uma mesclagem intrínseca de trabalho, renda e modo de vida. Conforme relata Aquino et al. (2013), as políticas públicas do setor devem ser direcionadas com enfoque agrário, social, ambiental entre outros.

No caso do Brasil, com a criação do PRONAF em 1995, gradualmente outras políticas também somaram com o reconhecimento da referida categoria. É o caso da criação da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), PAA, Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e, em 2006, da Lei da Agricultura Familiar.

Guanzioli (2007), avalia os objetivos do PRONAF e explicita que nem sempre o aumento da produção significará lucros altos, pois pode acontecer de a produção aumentar e o valor da venda da produção diminuir, sendo uma questão relativa. Para o autor, o programa fortalece e protege este segmento da população que é muito importante para o país. Azevedo (2011), destaca que a melhoria de qualidade de vida promove a dinamização e valorização do contexto onde estão envolvidos e o fortalecimento da identidade social, que culminam com a construção e valorização da identidade local e da autoestima destes trabalhadores.

Conforme explica a Empresa Brasileira de Produção Agrícola (EMBRAPA, 2014), a implantação do PRONAF trouxe avanços para a área, ao evitar o êxodo rural. Acrescenta ainda, que esta fortalece a economia local, tornando os trabalhadores independentes e protegidos socialmente. O programa está voltado para a preservação do meio ambiente e a segurança alimentar, por preservar de forma contínua os alimentos, de forma mais saudável e sustentável, caracterizando-se como um modo de vida.

Segundo Grisa e Schneider (2014), a primeira geração de política pública para a agricultura familiar no período de 1994 a 1996, tem como atores representantes sindicais e movimentos sociais da agricultura familiar, políticos e gestores públicos e estudiosos do mundo rural. Mielitz Netto (2010) e Delgado e Grisa (2013) afirmam que neste período percebeu-se a necessidade de políticas públicas específicas aos pequenos produtores.

Grisa (2012), destaca que durante o período da ditadura militar no Brasil, a sociedade civil, oriunda da agricultura familiar, não teve espaço no debate público para dialogar com o governo sobre possibilidades de direcionamento das políticas públicas aos pequenos agricultores familiares. Com a redemocratização nos anos 80, houve a inserção da sociedade civil, inclusive sendo estes representados por agricultores familiares para apresentar, discutir e defender a referida categoria. Mas estas não tornaram realidade, e os interesses dos grandes produtores foram colocados acima dos pequenos produtores. E em 1994, os agricultores reagiram ao descaso como eram tratados, passaram a se posicionar de forma mais concisa e objetiva. Em virtude destas pressões, o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e Reforma Agrária, que em 2001 sofreu alteração do nome para Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), elabora as propostas e recomendações de política agrícola diferenciada para o pequeno produtor rural.

Este documento contou com a participação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e foi criada a primeira política pública agrícola em nível nacional, direcionada para pequenos produtores rurais (GRISA, 2012). Foram tomadas as seguintes medidas no intuito de fortalecer e apoiar a agricultura familiar: criação do PRONAF, criação do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF. 2004), Programa Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF. 2006), retomada da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública.

Durante os anos 1990, o Movimento dos Sem Terra (MST) estava no auge de ascensão e este fato contribuiu para o reconhecimento dos agricultores. E por meio de diálogo entre representantes da agricultura familiar e governo, desde 2003 definem o Plano Safra da agricultura familiar. Em 1990, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) aponta objetivos de assegurar as condições inerentes ao desenvolvimento biológico e social de crianças.

Em 1991, é divulgada a proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), porém só ganhou força na política nacional em 1993, por meio do CONSEA, que é instalado para inserir a temática agroalimentar e a fome. Desse modo, inicia-se assim a segunda geração de políticas públicas para a agricultura familiar que teve como atores atuantes no período, representantes sindicais e movimentos sociais da agricultura familiar, políticos e gestores públicos, representantes do agronegócio e estudiosos do mundo rural. Nesta geração de políticas públicas para a agricultura familiar, o Estado foca suas ações no combate à pobreza rural, com ações sociais e assistenciais (BANCO MUNDIAL, 1994).

A segunda geração de políticas surgiu diante dos efeitos negativos e das insuficiências verificadas pela política de crédito rural. Ela demarca a criação de um conjunto de políticas socioassistenciais para mitigar a pobreza rural não retratada pelas políticas orientadas por um referencial agrícola e agrário. E a terceira geração de políticas para a agricultura familiar, a qual destaca a construção de mercados para a promoção da segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental (SOUSA, 2019; GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Neste trabalho será dada maior ênfase a esta, a terceira e última geração, ocorrida a partir de 2002, as políticas agrícolas e de segurança alimentar e nutricional.

Primeiramente por meio do Programa Comunidade Solidária, posteriormente

com o Programa Fome Zero (PFZ), que reduziu a pobreza e deu ênfase à segurança alimentar. Desta forma, durante o referido período as políticas para a agricultura familiar aproximaram das políticas sociais (MARQUES, 2004; VILELA, 1997; BANCO MUNDIAL, 1994). Assim, observa-se que as políticas públicas devem ser estratégias a fim de desenvolver o espaço rural e a alimentação saudável. Como exemplo, cita-se os programas de transferência de renda, tais como o Benefício de Prestação Continuada e Bolsa Família os quais a FAO reconhece como instrumentos que evitam que a população brasileira se torne excluída, por consequência da pobreza e miséria.

Grisa (2012), afirma que as organizações da agricultura familiar cobraram do Estado a necessidade de o PRONAF atender os agricultores da agricultura familiar menos capitalizados, então foi criado o Pronafinho em 1997 e o do Grupo B em 1999. De 1998 a 2000, novas ações de transferência de renda beneficiaram a agricultura familiar. São exemplos o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio gás. Mais tarde estes foram incorporados ao PBF.

As eleições presidenciais de 2002 consistem em um marco histórico na construção da política pública de segurança alimentar no país, pois esta ainda não tinha feito parte do cenário público. O resultado das eleições consistiu em alterações nas relações e no papel do Estado e da sociedade civil diante das políticas públicas e na relação da sociedade civil com os movimentos sociais, antes estes eram excluídos das arenas públicas. Com as mudanças de cenário, estas foram responsáveis pela institucionalização de temas ligados à segurança alimentar e nutricional, os quais defendiam desde os anos 90.

As políticas públicas para a agricultura familiar foram construídas de forma orientada para os mercados, para a segurança alimentar e a sustentabilidade. Grisa (2012), destaca o papel do sociólogo Herbert de Sousa, o Betinho, como um dos atores que, desde os anos 90, propunha a importância de debater a segurança alimentar. Mas somente a partir de 2003 o tema foi inserido dentro de ações governamentais e tratado com a devida relevância. Esta inserção foi possível em virtude do então presidente Lula ao contemplar em seu planejamento de governo o enfrentamento da fome e a segurança alimentar e nutricional.

Os estudos de Grisa (2012), revelam que as ideias propostas desde 1990, encontraram o apoio necessário para serem institucionalizadas. Houve o restabelecimento do CONSEA e foi criado o Ministério Extraordinário de Segurança

Alimentar e combate à fome (MESA). Durante o governo Lula, iniciado em 2002, foi criado o PFZ, dando novo impulso às políticas sociais e ao combate à pobreza rural. E no governo de Dilma Rousseff iniciou-se o Plano Brasil sem miséria, a criação do Brasil Carinhoso e do Programa Bolsa Verde. Nesse período foram disponibilizados crédito de fomento a fundo perdido, para a população rural de extrema pobreza e doação de sementes e tecnologias da EMBRAPA para apoiar a produção.

No ano de 2002, o Programa Garantia Safra foi instituído para agricultores mais vulneráveis, situados nas regiões nordeste, norte de Minas Gerais, Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e norte do Espírito Santo; devido às secas ou chuvas extremas. Grisa (2012), enfatiza o papel dos programas sociais de geração de renda no meio rural, nos lugares extremamente pobres, onde estes causaram impactos positivos, os quais não foram possíveis por programas inseridos nas políticas de agricultura familiar e agrárias, mas que são fundamentais para a sobrevivência e permanência de famílias no meio rural.

A relevância do tema levou a formulação e implementação do projeto Fome Zero. Para Menezes (2010), o projeto “representou a culminância de todo um processo anterior de formulações e práticas na luta contra a fome e pela segurança alimentar e nutricional no Brasil, experimentadas por governos (nos níveis municipal e estadual) e organizações sociais” (MENEZES, 2010, p. 247).

Para Mattei (2017), foi a partir de 1990 que alguns países da América Latina tiveram crescimento econômico com exportações e importações. No entanto, em outros países houve o declínio de atividades econômicas que culminou conforme a ONU (FAO, 2018), com a diminuição do emprego formal e aumento da informalidade. Desta forma, os governos passaram a ampliar os gastos públicos na área social, para combater a pobreza e a exclusão social.

O projeto Fome Zero priorizou a agricultura familiar e fomentou as compras institucionais, a partir de orçamento público para órgãos como hospitais, escolas, presídios, além da distribuição de cestas básicas e etc. Para o projeto a alimentação corresponde a um direito humano, mas este não estava ao alcance de todas as pessoas devido a demanda, preços, e conseqüentemente levava a exclusão da população carente do mercado de consumidores. O apoio à agricultura familiar ainda possibilitou a valorização e comercialização de cardápios regionais e culminou com a criação do PAA, o qual é explicitado no decorrer deste trabalho.

De acordo com a análise de Grisa e Schneider (2014), as políticas de

segurança alimentar foram desenvolvidas com a abertura do governo para ouvir uma camada da sociedade, antes ignorada por governos anteriores, e devido a importância dos programas em disseminar apoio aos pequenos produtores e em destaque as compras institucionais, que incentivaram o plantio de gêneros alimentícios e alimentaram parte da população.

Assim, a terceira geração de políticas para a agricultura familiar, destaca a construção de mercados para a promoção da segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Neste caso, segundo Sousa (2019), a política que teve maior visibilidade foi o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 para articular a compra de produtos provenientes da agricultura familiar com ações de Segurança Alimentar e Nutricional para populações vulneráveis. Dada a visibilidade do PAA e sua capilaridade, ganhou relevância seu efeito para a dinamização das economias locais e fortalecimento das organizações coletivas da agricultura familiar, o que promoveu o debate sobre a construção social de “novos” mercados agroalimentares (ABRAMOVAY, 2009 in SOUSA, 2019).

2.3 Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional

A expressão segurança alimentar e nutricional foi construída durante anos, a princípio nos organismos internacionais, tais como a Declaração dos Direitos Humanos da ONU (1948), a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO¹) (1974), a Organização Mundial de Saúde - OMS (1978) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF (1990).

O artigo 25 da Declaração a saúde, bem-estar e segurança é clara em sua redação que garante a segurança alimentar e nutricional, como direito humano e fundamental.

toda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários. E tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade (BRASIL, 2018. Artº 25).

¹ Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

A partir da 1ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, promovida pela FAO em 1974, o termo segurança alimentar passou a permear as discussões sobre desnutrição, garantia de estoques de alimentos e produção agrícola. Conseqüentemente após 1974, os parâmetros sobre hábitos, cultura e alimentação, qualidade e a sanidade dos alimentos, alteraram para o foco que prevaleça a saúde humana e o direito à alimentação balanceada (LOSAN, 2006).

A Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional nº 11.346, de 15 de julho de 2006, em que a segurança alimentar e Nutricional é tida como direito dos indivíduos de forma contínua, tendo como referência o alimento adequado as necessidades nutricionais e de saúde, que respeite as diversidades locais e acessíveis de cada ser humano (CONSEA, 2004).

A segurança alimentar e nutricional no Brasil é medida pelo IBGE na PNAD, sendo um indicador novo em comparado a outros e, para o IBGE (2013a, 2017), a insegurança alimentar remete a falta ou insuficiência de alimentos por falta de recursos financeiros. Ou seja, as condições financeiras influenciam na questão alimentar, tanto em quantidade, regularidade e escolha dos alimentos.

As figuras 11 e 12 apresentadas a seguir fazem parte da comparação dos resultados das pesquisas do IBGE (2019), no período de 2004 a 2013 e 2017 a 2018, e demonstram o retorno do país ao mapa da fome.

Figura1 - Situação de segurança alimentar no Brasil 2004/2013

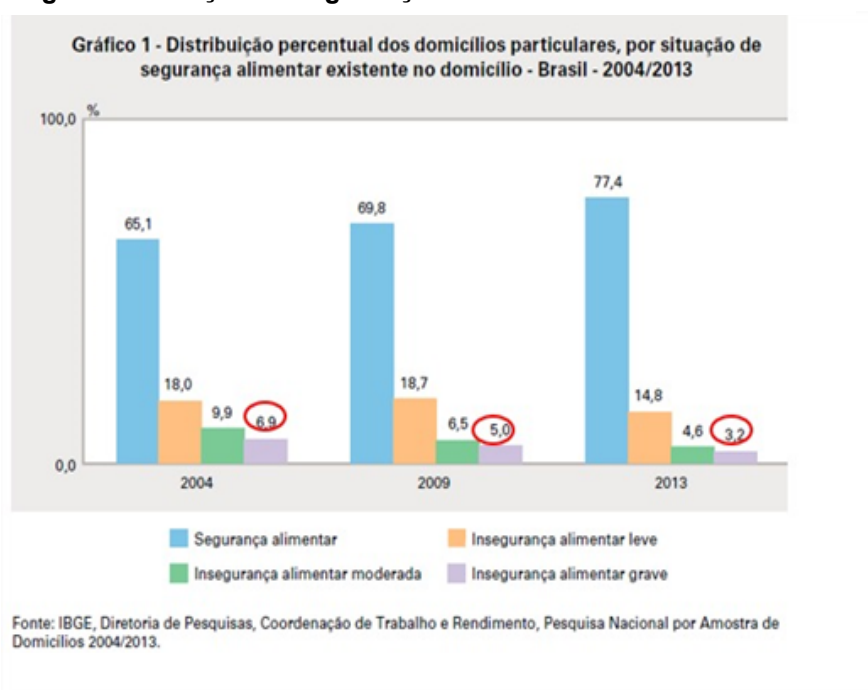
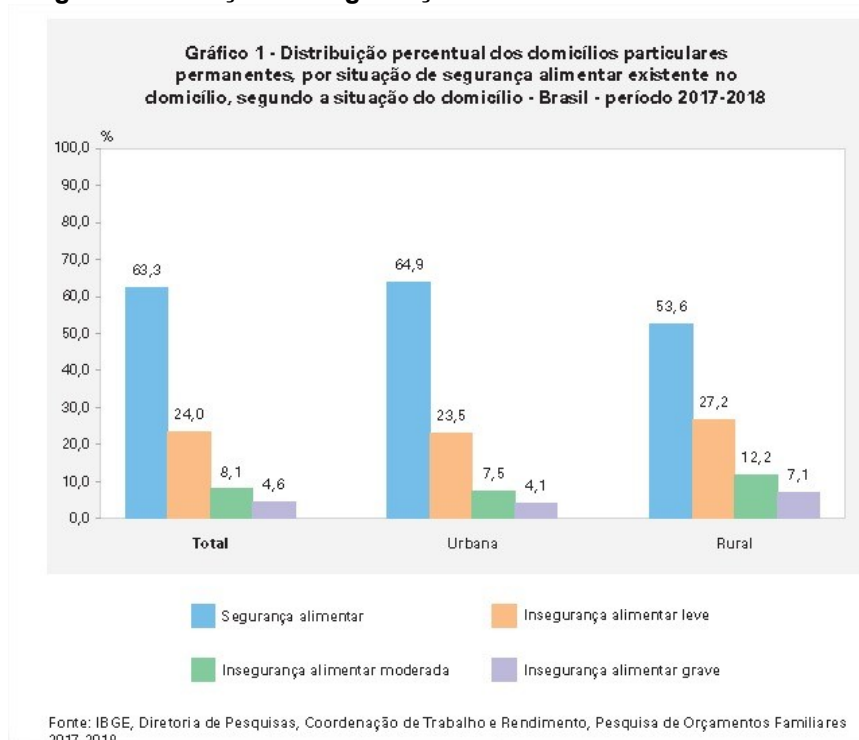


Figura 2 - Situação de segurança alimentar no Brasil 2017/2018



No decorrer dos anos a segurança alimentar tem ganhado espaço no meio acadêmico e na agenda pública, a partir de diálogo e posicionamento de alguns autores e órgãos. Dentre os quais se destaca Belik (2003), Losan (2006), Consea (2004), Castro (1961) e Maluf, Menezes e Valente (1996).

Sobre as políticas de segurança alimentar e nutricional, Belik (2003), afirma que desde o Brasil colônia já existia preocupação do governo com a questão alimentar. Tal preocupação resultou em políticas públicas no século XX em virtude da luta dos movimentos sociais contra os altos preços dos alimentos. E que as políticas implementadas no século anterior já eram abrangentes e consistiam em controle de preços, distribuição de alimentos, sistemas de abastecimento e política agrícola.

Conforme já mencionado anteriormente, a disseminação da relevância da segurança alimentar passa a ter maior enfoque em 2003, com o Programa Fome Zero (PFZ) e a recriação do CONSEA, a fim de reunir e fundir políticas abrangentes de segurança alimentar e nutricional. O Programa Fome Zero, estruturado em 04 eixos, reuniu um conjunto de ações que visavam investimentos por meio de programas sociais no combate à pobreza e à fome.

Monteiro (2003), afirma que o PFZ consistiu em prioridade social pelo governo que tomou posse em 2003. A partir de então, foram suscitadas e ganhou destaque a questão da fome e da desnutrição no Brasil. O autor ressalta que é um equívoco equiparar fome à desnutrição, ou ainda resumir em pobreza. Para este, é importante a conceituação de cada termo e entender que relacionam entre si, mas que tem significados distintos.

Diante de tais fatos, a segurança alimentar toma corpo a partir de um conjunto de políticas públicas com os seguintes programas: PNAE, Companhia de Abastecimento de Alimentos (COBAL), PRONAF, PFZ e PBF. Elaborados e implementados ao longo das últimas décadas, sendo algumas ainda existentes (ESCODA 1983; SILVA, 2001; CUSTÓDIO, 2009).

O PNAE é o mais antigo programa atrelado ao incentivo da produção agrícola, regional e segurança alimentar. O Programa PNAE está dentro da PNSAN desde o ano de 2005. E a partir do FNDE, o PNAE é organizado, sendo um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo e com oferta de atendimento universal (CARVALHO; PEDROSO NETO, 2016).

A origem do PNAE se deu na década de 1950, oriundo de campanhas com distribuição de alimentos aos estabelecimentos de ensino, por meio do governo federal, porém caracterizadas como assistenciais. Em 1979, o governo federal transforma as Campanhas Nacionais de Alimentação Escolar no referido programa. Quanto à operacionalização era realizada de forma centralizada, pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), mas passou por experiências de gestão municipal exitosas. No entanto, apenas em 1994, com a Lei nº 8.913 houve a descentralização e em 1998 tornou-se obrigatória, repassando a responsabilidade para municípios, estado e distrito federal (PEIXINHO, 2011).

Uma das diretrizes do programa orienta que no mínimo 30% do total da verba seja utilizada para a compra de alimentos orgânicos e advindos da agricultura familiar e de seus empreendimentos coletivos, desta forma, consiste em desenvolvimento das ações de SAN e desenvolvimento regional. O repasse de verbas do programa tem como base a quantidade de alunos matriculados na rede pública da educação básica em escolas públicas, filantrópicas e educação especial (BRASIL, 2019).

A resolução CD/FNDE nº 15 de 2003 orienta a aplicação do recurso do programa e dispõe sobre alimentos considerados básicos do cardápio escolar, além

de considerar importante a discussão sobre alimentação saudável e adequada nos debates escolares. A participação institucional da agricultura familiar é regulamentada pela Lei nº 11.947/09, com prioridade para comunidades tradicionais e assentamentos da reforma agrária. São princípios do programa: equidade no atendimento, universalidade do atendimento, respeito aos hábitos alimentares regionais, descentralização da gestão do programa e participação da sociedade no controle social, por meio do Conselho de Alimentação Escolar - CAE (BRASIL, 2019).

Conforme relata Carvalho (2009), o maior problema encontrado na efetuação de compras do PNAE para atingir o índice mínimo em compra da agricultura familiar está na falta de planejamento destas ou no planejamento incoerente. Para o autor “deve-se conhecer a realidade local dos agricultores para que o gestor possa planejar sua compra, respeitando sazonalidades, vocação produtiva e etc.” (CARVALHO, 2009, p.115-148). Entende-se que conhecer a oferta é importante para planejar de acordo com a demanda o que poderá ser adquirido para a alimentação escolar, exigindo perceber a produção local e a partir dela organizar as compras para que cheguem as escolas.

O PAA é outra política importante para a segurança alimentar e nutricional do país. Foi criado pela Lei nº 10.696 em 2003, em que consiste em política pública que assegura o Direito Humano à Alimentação (DHAA) e segurança alimentar e nutricional, para atender em quantidade e regularidade, alimentação para pessoas com insegurança alimentar. O funcionamento do programa, inicialmente, foi por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e com um grupo gestor próprio e por mais cinco Ministérios para nortear suas diretrizes.

O programa foi subdividido em cinco modalidades: Compra Direta, PAA Leite, Compra Institucional, Formação de estoques e Doação Simultânea, e para sua operacionalização teve parcerias com governos municipais, estaduais e CONAB. E em 2006, os recursos do programa destinado para alimentação escolar foram direcionados para o Ministério da Educação, via FNDE. Consiste em uma dentre as ações do PFZ do governo federal, que em meados da década de 1990 levou à discussão sobre o combate à fome e a garantia de segurança alimentar e nutricional, além do reconhecimento da agricultura familiar como categoria social.

Segundo Siliprandi e Cintrão (2014), Delgado e Grisa (2012), Zimmermann e

Ferreira (2008) e Cordeiro (2007), o PAA reconhece a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, além de valorizar o modo de vida e produção alimentar destes, sendo uma política que reafirma a produção regional, cultural e social. Promove a ocupação rural e minimiza o desemprego. O programa funciona com a comercialização de produtos da agricultura familiar, sem a necessidade de realizar licitações e preços que acompanham o comércio regional. Os alimentos adquiridos por meio do programa PAA são destinados para redes socioassistenciais e Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição (EPAN), estes compõem restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias, além de compor cestas básicas a grupos populacionais, como creches e asilos.

2.4 A Política de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil

A institucionalização da ATER e os primeiros serviços públicos de extensão rural tiveram início na Europa e Estados Unidos ainda no século XIX e início do século XX. Já os serviços de ATER no Brasil iniciaram no final de 1940, com a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) em Minas Gerais. O empresário norte-americano Nelson Rockefeller propôs ao governo mineiro que oferecesse melhores condições sociais e econômicas as famílias que viviam na zona rural, sendo estas agricultoras (ROS, 2012).

Então, a ACAR, foi criada sem fins lucrativos nos moldes do modelo norte-americano para oferecer assistência técnica e financeira aos agricultores, a fim de levar ao campo inovações e resultado de pesquisa agrícola. Fonseca (1985, apud Oliveira, 1999), explica como foi o contexto histórico da estruturação da ATER no Brasil. Segundo o autor, no início da criação das instituições de ATER em 1940 e 1950, o governo brasileiro participou minimamente da criação.

Não obstante, estas rapidamente multiplicaram por vários estados brasileiros, tendo como modelo a ser seguido o da instituição ACAR de Minas Gerais para propiciar o acesso de crédito rural subsidiado e a elaboração de projeto para desenvolvimento agrícola. E em 1956, a ACAR foi institucionalizada e coordenada por meio da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), a qual reuniu todas as ACAR, com modelo centralizador. Neste mesmo período, a ATER já atendia todos os estados da região Sul e Sudeste, parte dos estados do Nordeste e

o estado de Goiás, na região Centro Oeste.

Posteriormente, com o crescimento da ACAR, o Estado passou a influenciar, controlar e ofertar projetos de desenvolvimento rural. E em 1975 é criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e feito a junção da ABCAR à Embrater, além das ACARs, denominadas até então como instituições estaduais de ATER. São renomeadas para Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), subordinada a Embrater.

A EMBRAPA foi criada em 1974, responsável pela inovação agropecuária e a Embrater o papel de difundir a inovação no meio agrícola em todo o país. Desta forma, a Embrater se tornou importante na política agrícola. Caporal (1998), ressalta que a atuação desta acontecia de forma centralizadora vertical, resultando em prática domesticadora e alienante, que visava expandir a ideologia do capitalismo.

O auge do modelo norte-americano de ATER consolidou no Brasil na década de 1970. Porém as duas crises do petróleo nos anos de 1973 e 1979, a crise da dívida brasileira em 1980 e a alta nas taxas de juros internacionais nas décadas de 1950 e 1960 fragilizou o Estado brasileiro.

A década de 80 ficou marcada com o início de uma grave crise fiscal. Ao Estado coube repensar seu tamanho e papel diante da economia e por fim a redução de financiamentos. Foram necessários cortes no orçamento e na capacidade de atuação da Embrater. A crise na ATER, afetou principalmente estados e municípios mais frágeis do país. E em 1989 o Decreto nº 97.455, de 15 de janeiro, extingue a Embrater e outras empresas estatais.

Segundo Castro e Pereira (2017), os agricultores familiares por não terem condições econômicas foram a categoria mais prejudicada, enquanto os agricultores com melhor poder econômico tiveram condições de continuar com o atendimento da ATER, por terem como pagar os serviços.

Devido às pressões dos movimentos sociais, o Estado cria o Programa de Valorização de Pequena Produção Rural (PROVAP). Mantido pelo Banco Nacional do Desenvolvimento que teve como objetivo oferecer crédito agrícola e amparo institucional aos pequenos produtores (SHNEIDER; MATTEI ; CAZELLA, 2004). Em 1995, o PROVAP passou por reformulação, o que culminou na criação do PRONAF. Para os beneficiários do PRONAF, à ATER é atribuído o papel de implementar práticas agrícolas com resultados mais significativos e lucrativos. Além da organização de documentos necessários ao acesso ao programa PRONAF.

Segundo o IBGE (2010), no ano de 2006, 84% dos estabelecimentos agropecuários possuíam caráter familiar. A agricultura familiar ocupando 20% das terras, consistindo em 38% da produção nacional. Os alimentos provenientes deste segmento da agricultura consistem em arroz, feijão, mandioca, milho, hortaliças e pequenos animais. Alguns entre estes produtos chegam a ofertar até 60% de toda a produção.

Duarte e Castro (2004), ressaltam que a agricultura familiar no Brasil não recebeu o apoio suficiente por parte do poder público para produzir alimentos; há problemas desde o acesso à terra, até a assistência técnica e comercialização que este segmento produz.

Conforme Duarte e Castro (2004), os produtores já estruturados negociam com empresas nacionais e multinacionais a compra de produtos agrícolas, estes vêm acompanhados de assistência técnica. Já o público das políticas agrárias, na maioria das vezes, o máximo que tem é o contato de algum profissional, como exemplo o veterinário, o agrônomo, o zootecnista ou técnicos agrícolas das empresas que vendem insumos. Junto à comercialização dos produtos agrícolas, os agricultores recebem orientação sobre estes e respondem perguntas, desta forma acompanham todo o ciclo da lavoura. E como essas empresas visam o lucro, quanto maior o empreendimento, mais ela irá vender.

Para Garagorry, Quirino e Souza (2002), no Brasil a oferta de assistência técnica é bem diversa entre as regiões. Como exemplo citam a região Sul, onde 50% dos estabelecimentos são acompanhados por assistência técnica, enquanto no Nordeste apenas 14,6% recebem o serviço e, na região Norte ainda é menor, 14,5% de empreendimentos com assistência técnica. Além disso, o Censo Agropecuário de 2006 ressalta que no referido ano 78% dos estabelecimentos rurais não receberam o serviço de ATER e 135 afirmaram ter recebido eventualmente.

Com o fim da Embrater a assistência técnica passou a ser atribuição da Emater. Esta foi instituída nos estados brasileiros. No entanto, a cobertura da prestação de assistência técnica varia de estado para estado. Em alguns estados, como o Rio Grande do Sul e o Paraná, são bem atuantes, já em outros estados a cobertura do serviço é deficitária (CASTRO; PEREIRA, 2017). Castro e Oliveira (2014) explica a forte atuação do órgão devido a organização dos agricultores gaúchos, organizados em cooperativas a qual exige equipe de profissionais, pela relação dos agricultores e as empresas integradoras e pelo fato destes

trabalhadores possuem maior nível de instrução (IBGE, 2010).

Para Garagorry, Quirino e Sousa (2002), sobre a satisfação do público beneficiário de assistência, 90% demonstraram insatisfação. Considerando a quantidade de técnicos para atender os municípios, a distância entre os escritórios de assistência técnica e os beneficiários. Porém, desta forma leva a generalização de projetos tornando-os idênticos, além da falta de acompanhamento técnico. Após o PRONAF se consolidar a partir de 2000, aumentou a demanda do público da ATER. Sobre o serviço da ATER pública, Dias (2007), coloca que a demanda de serviço da ATER junto ao PRONAF é necessária, pois os agricultores devem apresentar o projeto técnico elaborado pela ATER, em que descreve a utilização de crédito e discriminação de cada etapa do projeto.

Porém muitas vezes os projetos são bem resumidos e partes importantes não são colocadas nos mesmos. Por falta de capacidade dos órgãos e por falta de interação entre técnicos e agricultores. Dias (2007), destaca que a falta da elaboração adequada e dialogada com o público da política pública em questão causa prejuízos aos agricultores menos estruturados e menos desenvolvimento para o Brasil.

Para Caporal (1998), a partir de então a extensão rural deve ser repensada, introduzida a ela mudanças para construir um serviço que atenda às necessidades de quem busca o atendimento. E assim, a partir dos anos 2000, ressurgiu no cenário político questionamentos sobre o desenvolvimento rural no Brasil. A ATER foi um dos pontos debatidos e culminou com a transferência deste órgão, antes do Ministério da Agricultura para o Ministério do Desenvolvimento Agrário no ano de 2003.

No mesmo ano, o governo federal apresenta a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), construída com a participação de representantes governamentais e não governamentais. É acrescentado o conceito de desenvolvimento sustentável, inserção da sociedade civil, além de noções de igualdade de gênero. A PNATER passa a ser institucionalizada com a Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.

Conforme Rambo (2015), a PNATER é o resultado da cobrança por um serviço de extensionismo rural melhor. Após a criação do PNATER buscou-se incluir sujeitos sociais como quilombolas, indígenas, agricultores familiares e outros. Antes povos excluídos do cenário rural de extensionismo brasileiro. Temas como

desenvolvimento sustentável e agroecologia passam a ser disseminados e propostos.

Em 2003, o MDA apresenta o novo modelo de ATER pública e gratuita e seus 05 princípios:

- a) promover o desenvolver rural sustentável;
- b) adotar uma abordagem multidisciplinar baseada nos princípios da agroecologia para a ATER;
- c) assegurar, com exclusividade, aos agricultores familiares o serviço de ATER pública e gratuita;
- d) desenvolver processos educativos permanentes e continuados no âmbito da PNATER;
- e) adotar um modo de gestão democrática da política, incluindo seu controle social.

Este modelo traz ruptura com o modelo de ATER oferecido antes, com o desenvolvimento rural sustentável com bases agroecológicas e com preceitos democráticos e, acompanhados pelo controle social. Desta forma, a ênfase do trabalho de extensão rural focava aumentar a produtividade dos estabelecimentos agropecuários, além do aumento da produção agrícola.

Esquerdo e Bergamasco (2014) afirmam que a partir do reconhecimento da relevância da agricultura familiar, com ênfase nos aspectos sociais, produtivos e políticos possibilitou a criação do PRONAF, e em seguida de outras políticas públicas, principalmente por reconhecer a categoria como produtora de alimentos.

Para Picoloto (2014), isto se deve ao consenso de esta busca ser eficiente, moderna, sustentável, solidária, diversificada e produtora de alimentos. Sousa (2019), Grisa e Schneider (2014), citam a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão como fruto da importância da agricultura familiar, podendo ser destinada para assentados dos programas de reforma agrária, produtores familiares tradicionais, ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, indígenas, povos da floresta, seringueiros, aquicultores e pescadores artesanais. A ATER passa a ser pública para o segmento de agricultores familiares e surgem instituições privadas com a ascensão do agronegócio.

Caporal (2006), descreve a PNATER como uma nova forma de fazer extensão rural, com mudanças significativas nos aspectos filosófico, teórico e metodológico; com metodologias participativas que reconhece e estimula o

empoderamento dos atores sociais, em um encontro de diálogo do saber tradicional com o conhecimento científico e com a adoção de trabalho agroecológico.

2.5 A Extensão Rural no Estado do Tocantins

Conforme a Oficina de Concertação realizada no Tocantins, em dezembro de 2014, com a participação de diversos atores ligados à agricultura familiar, onde tiveram a oportunidade de falar sobre os gargalos que enfrentam, além de propostas para resolver problemas que os afligem, concluiu que possuem como desafios o acesso ao serviço de ATER e pouca disponibilidade de profissionais em determinada cadeia produtiva, no caso para a produção agroecológica (SOUSA et al, 2018).

No Tocantins existem aproximadamente 43 mil agricultores familiares, com participação de 40% do valor bruto da produção agropecuária e estes ocupam 50% do total de áreas ocupadas com a agricultura, remetendo a 76% dos estabelecimentos, com tamanho médio de 18 hectares (SOUSA, 2019).

Outra observação relevante é o fato de que, no estado, o controle e a inspeção sanitária não existem em grande parte dos municípios tocantinenses. Este fato impossibilita os agricultores permearem em mercados formais, porém permite a comercialização dos alimentos *in natura* em feiras ou de forma direta com os consumidores (SOUSA, 2019).

Sousa et al, (2017), afirmam que no estado do Tocantins faltam estruturas mínimas de processamento coletivo, os empreendimentos comunitários que possuem regularização de inspeção ou selo da vigilância sanitária são poucos, e este fato explica o motivo do estado possuir pouquíssimas cooperativas ou associações ativas na comercialização de produtos da agricultura familiar.

Niederle (2017), observa que a falta de estrutura social e produtiva destes torna-os fragilizados, e que se organizados em cooperativa ou associação representativa, terão maiores chances para conseguirem autonomia diante do mercado dominante.

Neste sentido, os agricultores familiares e seus empreendimentos coletivos tornam-se importantes atores para manter o adequado abastecimento alimentar junto à população, principalmente ao considerar que o Tocantins é rico em recursos naturais com destaque para diversas espécies frutíferas do cerrado que são

consumidas em maior escala, como a mangaba, o pequi, o babaçu, o buriti, o araticum, o jatobá, o barú, o bacuparí, dentre outros. Esses frutos são comercializados *in natura* nas principais feiras dos municípios tocantinenses pelos agricultores (SOUSA, 2019).

Ainda em pauta, McMichael (2013), entende que o mercado dominante se impõe para não ceder oportunidade para o pequeno agricultor partilhar do mesmo espaço. Ressalta a importância de reconhecer o que há de novidade na oferta oriunda da referida categoria e o conhecimento local trazido por estes para então inserir tais práticas em produtos e serviços nas modernas relações comerciais.

Entretanto, a agricultura familiar produz pouco, desta forma dificulta que esta tenha melhoria de renda. Por isso “é crucial que a tecnologia seja capaz de aumentar o excedente, de preferência com a redução simultânea de custos. Ou seja, dever fazer cada hectare produzir mais e com menor custo” (ALVES, 2001, p.15).

De acordo com Rezende (2013), a grande extensão territorial e as diferenças sociais, econômicas e culturais fazem do Brasil o terceiro maior país em desigualdade regional do mundo. E o Tocantins, estado mais novo da Federação, também sente de perto a insuficiência de tecnologias adequadas para melhorar produtividade dos agricultores familiares do estado. Diante das desigualdades sociais e da situação de vulnerabilidade, o poder público municipal de Couto Magalhães-TO, em 2013, percebeu a baixa produtividade das atividades agropecuárias do seu município e assim sentiu a necessidade de implantar ações que juntas focalizariam a produção de alimentos e conseqüentemente a renda dos agricultores familiares residentes nos projetos de assentamentos da região de fronteira na Amazônia Legal.

Nesse sentido, destaca-se a tecnologia como ferramenta para somar aos outros programas federais tais como PAA e PNAE. O PTC, a ser apresentado no capítulo a seguir, adotou diversas tecnologias, como por exemplo, a análise de solo, a gradiação por meio de tratores e o acompanhamento do serviço de ATER. O PTC trata de um programa inovador, sendo premiado em âmbito estadual e nacional como um dos melhores programas de apoio à agricultura familiar. O Programa recomenda a agricultura com bases sustentáveis e incentiva cada unidade produtiva a utilizar técnicas adaptadas a realidade de cada produtor.

A Secretaria Municipal de Agricultura, em parceria com o governo estadual e federal, foi responsável por planejar, coordenar e acompanhar o serviço de ATER no

município realizado por cinco profissionais. A estes coube organizar a parte produtiva do programa desde o planejamento da produção até a comercialização. Destes, quatro são responsáveis por acompanhar e orientar as famílias e um para fazer o levantamento de produção de todas as propriedades do município. Assim, a Secretaria Municipal, por meio de seus assistentes técnicos extensionistas, acompanham os produtores em determinadas cadeias produtivas, orientando-os em suas atividades produtivas.

Dessa forma entende-se que a tecnologia tem papel fundamental na agricultura familiar, seja para aumentar a produtividade da propriedade ou a renda. Nas palavras de Silva (2003, p. 40), “é justamente o progresso técnico a principal arma dos capitalistas menos favorecido para sobreviverem num mercado em que alguns possuem vantagens redutoras de custos”. Dessa forma, entende-se que o serviço municipal de ATER tem o papel de promover o desenvolvimento rural, de forma a atender o agricultor familiar, melhorar a produção de alimentos, diminuir a insegurança alimentar e nutricional, combater a pobreza por meio da geração de emprego e renda, contribuir com a fixação do homem no campo e com a sucessão familiar agrícola.

Diante deste contexto, no que o P TC contribuiu para a diversidade alimentar e nutricional? A renda das famílias dos agricultores que participam do programa aumentou? Houve uma melhoria da qualidade de vida das famílias que produzem e consomem os produtos oriundos do PTC? Tais perguntas serão respondidas no capítulo dos resultados do programa, já que os beneficiários e participantes serão ouvidos por meio de grupos focais.

3 METODOLOGIA

Nesta pesquisa optou-se por combinar abordagens qualitativas e quantitativas, de modo que os limites encontrados por cada uma pudessem ser complementados pela outra. Essa junção justifica-se na medida em que busca conhecer os cenários pesquisados a partir de dados subjetivos – que dispõem significados, participação, intenção e interação – e informações objetivas – constituídas por indicadores e dados mensuráveis – analisados de modo separados ou em conjunto (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Utilizando a pesquisa quantitativa foi possível traduzir dados, informações ou opiniões coletadas de modo quantificável e organizado (DUARTE, 2009). De acordo com Martins e Theóphilo (2009), com a aplicação de métodos e técnicas estatísticas os dados podem ser tratados e discorridos em números, que quando interpretados traduzem determinada realidade. Essa abordagem oportuniza ao pesquisador desenvolver, de modo indutivo, conceitos, produzir dados por meio das observações extraídas e utilizar padrões encontrados no decorrer da pesquisa.

A abordagem qualitativa, segundo Flick (2009), complementa as limitações existentes na pesquisa quantitativa, amplia o campo de observação e permite discorrer sobre contextos específicos de modo detalhado. A integração entre os pressupostos da pesquisa qualitativa e da pesquisa quantitativa, permite o alcance de maiores patamares de confiabilidade, objetividade e validade, possibilitando obter uma análise de realidade mais aproximada e clara dos cenários pesquisados.

A utilização da pesquisa qualitativa contribuiu diretamente para uma maior compreensão do lócus de pesquisa investigado. Dentre os condicionantes essenciais escolhidos, destacam-se os explicitados por Flick (2009, p. 23,24):

a) apropriabilidade de métodos e bases teóricas – a partir da escolha de métodos e teorias adequadas ao objeto de estudo;

b) perspectivas dos participantes e sua diversidade – por meio da utilização de métodos conhecidos e com aplicabilidade prática ao ambiente pesquisado;

c) reflexividade do pesquisador e da pesquisa – análise das proposições dos pesquisadores e autores estudados como etapa relevante da pesquisa para a

produção do conhecimento;

d) variedade de abordagens e de métodos na pesquisa qualitativa – possibilitando dialogar entre si;

e) validação do estudo com relação ao objeto pesquisado – por meio da adequada seleção e aplicação dos métodos de pesquisa levando em consideração os critérios científicos e o lócus da pesquisa.

Procedimentalmente a pesquisa pode ser classificada como um estudo de caso, que de acordo com Yin (2010), adequa-se à clara necessidade ou desejo de se compreender fenômenos sociais complexos. Ou seja, o estudo de caso permite uma investigação aprofundada das características holísticas e significativas dos eventos da vida real. O presente estudo de caso investigou o PTC no município de Couto Magalhães, estado do Tocantins, a partir das técnicas de análise documental, grupo focal (GF), observação participante acompanhada de entrevistas informais. Foram levantadas as características do referido PTC, com coleta de informações e dados que comprovaram o que ele é, do que se compõe, onde está localizado, revelando periodicidades e classificando-o segundo semelhanças e diferenças com a política que o propõe (RODRIGUES, 2007).

No que diz respeito à finalidade, a pesquisa classifica-se como aplicada visto que, além de possibilitar um aprofundamento teórico na área de monitoramento de projetos, busca a resolução de problemas de ordem prática, concreta e com aplicabilidade imediata, que se dará por meio de uma proposta de integração da teoria estudada com a prática de trabalho do contexto da pesquisa possibilitando melhores resultados para a gestão.

3.1 Área de estudo: A História do município de Couto Magalhães – TO

O município de Couto Magalhães - TO foi fundado em 1905 pelos trabalhadores da extração do caucho² no município de Conceição do Araguaia - PA. Por temerem os índios que habitavam as matas do Xingu, deixavam suas famílias residindo próximo ao rio Araguaia, na margem do estado do Tocantins. Couto Magalhães - TO situa-se na região do baixo Araguaia, seus municípios limítrofes são: Conceição do Araguaia (PA), Juarina, Pequizeiro, Araguacema e Dois Irmãos,

² Caucho: Árvore de grande porte, nativa da floresta amazônica, da qual se extraem substâncias utilizadas na fabricação de papel e borracha.

no estado Tocantins. Seus habitantes são chamados de coutoenses.

A Lei Municipal nº 23, de 29 de janeiro de 1907, criou o Distrito de Porto Franco. O distrito continuou a crescer, o comércio teve ascensão com o alto valor do caucho que era muito comum no estado do Pará e ao grande tráfego pelo rio Araguaia, por onde era escoada a produção. No auge da borracha, o comércio do então distrito despertou o Governo Estadual para implantar um Posto Fiscal, que alcançou significativa arrecadação. E poucos anos, após a fundação do Distrito de Porto Franco, começou-se a pleitear pela criação do município. Esta aconteceu por meio da Lei nº 664, de 28 de julho de 1919, onde o povoado passou a ser a sede do município de Couto de Magalhães (IBGE, 2010).

O nome do município homenageia o bravo sertanista General José de Vieira de Couto Magalhães, fundador da Companhia de Navegação a Vapor do rio Araguaia. O município foi instalado em 20 de maio de 1920. Porém, com a desvalorização da borracha, o município teve sua população reduzida e em 1930 o município mudou para o povoado do qual era subordinado, Santa Maria do Araguaia, hoje cidade de Araguacema.

Posteriormente, com a iniciativa do vereador José Wilson Leite, a Câmara de Vereadores de Araguacema aprovou a Resolução nº 06, de 06 de maio de 1963, que autorizou a emancipação pela Lei Estadual nº 4597, de 1º de outubro de 1963 (IBGE, 2010).

Novamente criado, o município de Couto Magalhães foi instalado em 1º de janeiro de 1964. Tendo o primeiro administrador, o senhor João Alves Rego, designado pelo Governador do Estado de Goiás. Em 1980, houve uma enchente e aproximadamente 40% das casas do município foram destruídas, então o prefeito da época, o senhor Carlindo Lima de Moura, transferiu a sede situada na margem do Rio Araguaia, para o loteamento de Cruzaltina, hoje Couto de Magalhães (IBGE, 2010).

De acordo com os dados do IBGE, a população estimada para o município de Couto Magalhães em 2019 foi de 5.588 pessoas. O aniversário do município é dia 01 de outubro. A religião predominante é a católica. O PIB per capita é 9.966,61%, e taxa de mortalidade infantil é de 18,18 óbitos por mil nascidos vivos (IBGE, 2019).

A rede municipal de ensino do município de Couto Magalhães é composta por três escolas municipais e uma creche na zona urbana e duas escolas na zona rural, localizadas em assentamentos da Reforma Agrária, sendo que o transporte dos

alunos dos assentamentos para as escolas rurais é realizado por meio de ônibus escolar. A taxa de escolarização de 06 a 14 anos é de 98,7%, e a nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos iniciais do ensino fundamental é 5,5. Dos anos finais do ensino fundamental é 3,9. Já a rede estadual tem três escolas, sendo duas na zona urbana e uma no Distrito de Peixilandia (IBGE, 2019). A zona urbana de Couto Magalhães - TO possui 62,8% de arborização de vias públicas e 30,2% de esgotamento sanitário (IBGE, 2019).

Sobre a cobertura do Programa Bolsa Família (PBF) no município, há 624 famílias beneficiárias do Programa conforme dados do portal do Governo Federal, referente ao mês de setembro de 2019. Este dado representa 32,62% da população do município. A cobertura do Programa corresponde a 84% em relação a estimativa de famílias pobres do município. A cobertura da atualização cadastral do Cadastro Único encontra-se superior à média nacional.

O acompanhamento das condicionalidades da saúde também se apresenta superior à média nacional. As condicionalidades de educação apresentam dados inferiores ao nacional. O que reafirma a condição de vulnerabilidade do município e a necessidade de investimento em políticas públicas sociais que fomentem o desenvolvimento da região (IBGE, 2010).

O principal transporte utilizado pela população da zona rural à sede do município é por ônibus da Prefeitura Municipal que, conforme seu calendário, percorre as regiões do município durante a semana para levá-los à cidade, onde encontram atendimentos na área da saúde, educação, entre outros, e também compram e vendem seus produtos. Nas sextas-feiras, o transporte escolar leva a população dos Projetos de Assentamentos para a cidade, e neste dia acontece à feira onde são comercializados os produtos da agricultura familiar.

Dessa forma, visando uma melhor compreensão sobre as questões da política de segurança alimentar e nutricional, no próximo capítulo apresenta-se o histórico da criação dos Projetos de Assentamentos (PAs) do município objeto deste estudo.

3. 2 Participantes da pesquisa

O universo da pesquisa constituiu-se da comunidade rural dos 17 PAs do município de Couto Magalhães e demais pessoas envolvidas no processo de assentamento na região. Foram convidados a participar representantes de todos os 17 PAs, mas alguns não compareceram aos eventos para coleta de dados.

Também foram arrolados na pesquisa, o representante do Sindicato dos trabalhadores (as) rurais de Couto Magalhães e lideranças locais, ligadas aos movimentos sociais que participaram do processo de luta pelo acesso a terra nos anos de 1980 a 2000.

3.3 Procedimentos de pesquisa

Os procedimentos para a realização da pesquisa foram organizados em três etapas descritas a seguir.

233.1 Etapa de Revisão de Literatura

Na primeira etapa realizou-se uma revisão da literatura acerca do tema políticas públicas e segurança alimentar e nutricional em artigos, teses e dissertações que referenciem programas que contribuem para o combate à fome. Os artigos selecionados foram coletados no Google Acadêmico, Scielo e algumas informações e documentos retirados do site oficial da FAO, e outros em sites institucionais tais como: *Our World in Data.org*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

De acordo com Marconi e Lakatos (2008), o trabalho científico e a pesquisa devem ter o aparato da revisão de literatura. A revisão da literatura é composta por sete etapas: escolha e delimitação do tema, identificação das fontes, localização das informações, documentação, análise e seleção do material, reflexão e redação.

3.3.2 Etapa da coleta de dados

A fase da coleta de dados se desenvolveu a partir das técnicas de análise documental, grupo focal (GF), além de observação participante. Durante a fase de observação, também foram realizadas conversas informais com a representante do Sindicato dos trabalhadores (as) rurais de Couto Magalhães³, e por lideranças locais⁴ ligadas aos movimentos sociais que participaram do processo de luta pelo acesso a terra nos anos de 1980 a 2000. As falas permitiram o resgate histórico dos Projetos de Assentamentos (PAs)⁵.

³ Entrevista Informal com a presidente do sindicato dos trabalhadores (as) do município no período de 1996 a 2007.

⁴ Entrevista informal com o ex-secretário municipal de agricultura do município no período de 2007 a 2012.

⁵ Entrevista informal com o secretário municipal de agricultura do município no período de 2018 a

A análise documental teve como principal base documentos como atas do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), notas de compras de insumos agrícolas, fichas de agendamento de horas máquina de serviço em propriedades dos assentamentos, fotos e outros. Todos cedidos pela Secretaria Municipal de Agricultura do município de Couto Magalhães.

Em relação a técnica do GF, para Gatti (2005), consiste em reunir pessoas a fim de discutir e conversar sobre um determinado tema. O moderador do grupo deve conduzi-lo sem intervir sobre as opiniões externalizadas pelos participantes. Flick (2009) destaca que o objetivo principal do GF é trabalhar com os sentimentos, atitudes, crenças, experiências e reações para captar informações não perceptíveis com outros métodos.

O GF foi realizado em área aberta e seguindo o protocolo de prevenção da Covid 19, conforme orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS). Assim, no dia cinco de maio às 10 horas realizou-se o grupo focal na Escola Municipal Marisa Lula da Silva, Projeto de Assentamento União.

Ressalta-se que a escolha desse PA se deu devido a sua localização e às possibilidades de acesso por estradas vicinais em boas condições, como também por ser próximo de outros projetos, tais como: o PA Pé do Morro, PA Cocal, PA São Sebastião e PA Belenzinho. Contou com a participação de cinco pessoas, garantindo a representatividade de diversos segmentos da comunidade local. O objetivo da realização do grupo focal foi compreender a leitura individual de cada participante sobre o programa, assim como eles avaliam os resultados do programa desde sua criação em 2013. A princípio foi explicada a metodologia que seria aplicada destacando a roda de conversa, sendo esta de maior importância científica diante dos demais procedimentos do GF.

Quanto ao perfil dos participantes destaca-se o fato de dois serem jovens: um homem e uma mulher. Os outros são homens com idade entre 47 a 69 anos. Destes, dois são representantes do PA 700, um do PA Pé do Morro, um do PA União e um do PA São Sebastião. Todos se declaram como agricultores familiares.

Para manter preservada a identidade de cada participante, ainda no início eles foram codificados como Pv, Pu, Pj, Pf e Ps. O critério foi utilizado no intuito de facilitar os registros e análise dos dados. A questão inicial, entendida como fio

condutor, foi como se deu a ocupação da parcela onde moram e o que cultivam. Para complementar os dados utilizou-se os resultados do Censo Agropecuário (IBGE, 2019) e as anotações realizadas durante as visitas aos PAs beneficiários do Programa durante os meses de maio a julho de 2020.

3.3.3 Etapa e descrição e análise dos dados

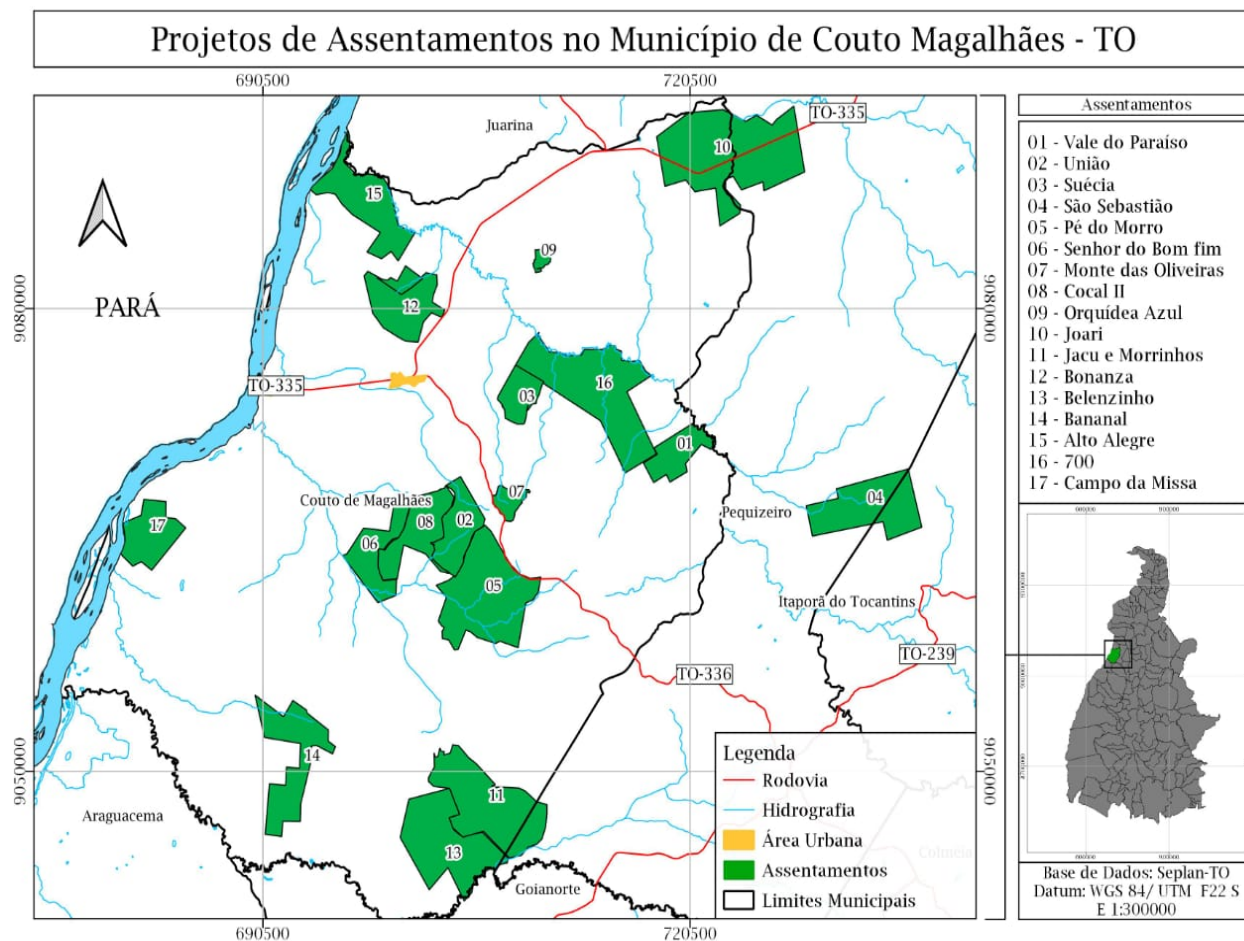
Na terceira e última etapa realizou-se uma análise descritiva sobre as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e o PTC e seus resultados comparando com os dados do Censo Agropecuário de 2018.

Também foram analisadas qualitativamente as falas dos participantes do GF, buscando compreender o que representa para eles o PTC, a forma de acesso a terra e outras variáveis que pudessem interferir no alcance dos objetivos do programa em relação ao combate à insegurança alimentar e nutricional de suas famílias.

4 A QUESTÃO AGRÁRIA E FUNDIÁRIA: HISTÓRIA DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS NO TERRITÓRIO DE COUTO MAGALHÃES, TOCANTINS.

Para os autores Gomes, Cazella, Búrigo e Sencébé (2015), a reforma agrária consiste na ação do Estado em desapropriar áreas improdutivas e transformá-las em assentamentos rurais. O município de Couto Magalhães foi contemplado com o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), durante os anos 1990 e tem hoje 17 PAs, sendo que dois deles são do crédito fundiário e um ainda está em fase de implantação.

Figura 3- Localização dos PAs Couto Magalhães, Tocantins



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados SEPLAN- TO (2020).

Diante deste contexto, apresenta-se uma breve contextualização sobre a implementação dos PAs no município de Couto Magalhães que antecedem a criação do PTC.

Os Projetos de Assentamento Juari e Juarina foram os primeiros PAs criados no município e solicitaram o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, além do apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), situada no município vizinho Conceição do Araguaia, para orientar sobre a desapropriação da área que estavam pleiteando e organização desses assentamentos.

Por volta da metade da década de 1980, surgiram os primeiros movimentos de ocupação das terras, marcados por conflitos entre os proprietários e os ocupantes, que resultaram em mortes. A partir de então, o Sindicato dos Trabalhadores passou a fazer intermediações constantes entre as partes envolvidas. Nesse período, tais PAs pertenciam ao município de Couto Magalhães que, por sua vez, pertencia ao estado de Goiás. Após três anos, o INCRA da cidade de Araguaína veio *in loco* cadastrar as famílias.

O PA Juarina teve crescimento populacional considerável e, no ano de 1991, foi criado o município de Juarina por meio da Lei nº 251 de 20 de fevereiro de 1991. Posteriormente, o assentamento Juari foi subdividido para os municípios de Couto Magalhães e Pequizeiro. Ressalta-se que este foi formado com famílias próximas da região e sua população foi crescendo de forma expressiva. O assentamento localiza-se as margens da TO transcolinas 335, que liga Couto Magalhães à cidade de Colinas, distante da sede do município aproximadamente 33 quilômetros. Possui 86 parcelas, onde no primeiro momento os trabalhadores trabalharam com agricultura de subsistência, e após alguns anos decidiram trabalhar com a pecuária bovina, principalmente na produção de leite para comercializar em laticínios da região. Sendo o principal localizado no município de Colinas - TO.

Hoje o PA possui estradas, energia elétrica que na época foi financiada, casas construídas por eles mesmos, transporte escolar e tiveram acesso aos Créditos de Implantação pelo INCRA, estruturaram a associação e conseguiram acesso à linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Figura 4- Acesso ao PA Juari e estrada de acesso ao PA União



Fonte:Arquivo pessoal autora (2020).

O segundo PA criado foi o Projeto de Assentamento União. Trata-se de uma ocupação planejada em 1992, em que alguns trabalhadores do entorno tiveram a iniciativa de buscar informações a respeito de documentação das terras, e quando descobriram se tratar de área de terras devolutas, houve a ocupação por famílias que residiam na sede do município e em propriedades vizinhas de uma área da União, e em dezembro do mesmo ano o INCRA fez o cadastramento. O PA União localiza-se a aproximadamente 14 quilômetros da sede do município, cortado pela TO-336, e possui 36 parcelas que variam de tamanho em média de 50 hectares (Ha).

Cabe mencionar que após um ano de ocupação, quando já tinham feito a divisão da área e construído suas casas, ocorreu a ação de despejo, devido o fazendeiro vizinho (grileiro) ter feito uma denúncia alegando que a área era de sua propriedade. Com o despejo, foram removidos pela Polícia Federal para as margens da TO-336, onde permaneceram por 14 dias enfrentando diversas dificuldades como falta de água e doenças devido a poeira, e contando com a ajuda da igreja católica. Após os 14 dias, a comissão junto aos demais ocupantes decidiram voltar aos barracos dentro das parcelas, levando de volta as criações e alimentos colhidos. Houve cobranças da comissão junto aos órgãos competentes, tendo os trabalhadores comparecidos em audiências no Ministério Público em Colinas - TO e posteriormente em Palmas - TO.

A partir de então tiveram apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAET), que auxiliou fornecendo advogados, que fizeram a defesa dos trabalhadores na justiça. E em audiência pública foi constatado que na fazenda não havia nenhuma benfeitoria por parte do requerente. A justiça decretou o direito de posse dos trabalhadores em 1993. A partir disso, os trabalhadores se organizaram através de associação e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Foi quando realmente foi efetivada a criação do assentamento União, através do INCRA.

Após dois anos da implementação do PA, os assentados não tinham sido contemplados com os créditos de implantação, então a associação buscou junto ao INCRA Nacional a liberação dos créditos através da Superintendência Regional do estado. Logo em seguida foram contemplados em 1996 com os créditos de implantação, sendo: habitação, estradas, fomentos e duas escolas para atender as crianças do assentamento. Posteriormente, encontraram a necessidade de estarem acessando os créditos do PRONAF e Pro-rural, através da assistência técnica junto ao Banco da Amazônia de Guaraí. Com estes créditos foram adquiridos gado, feito pastagens, cercas e represas. E com este apoio foram melhorando a qualidade de vida das famílias. Muitos fizeram lavouras de milho, arroz e mandioca. Na forma de agricultura de subsistência.

A energia foi financiada, mesmo existindo o Programa Luz para Todos o PA União não foi contemplado com a gratuidade do benefício. Cada assentado custeou a sua instalação de energia elétrica. O PA União foi se consolidando e conta com casas, três estradas de acesso, pontes, energia, uma escola municipal com padrão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), denominada Marisa Lula da Silva, que atende dez PAs e a maioria dos agricultores familiares residentes nestes PAs participam do PTC.

Após alguns anos, em 1997 houve a primeira ocupação por parte dos trabalhadores das fazendas: Pé do Morro, hoje PA Pé do Morro; fazenda Nossa Senhora Aparecida, hoje PA 700, o maior assentamento do município; Fazenda Cocal, hoje PA Cocal, e a fazenda Campo da Missa, hoje PA Campo da Missa. Os PAs 700, Belenzinho e Pé do Morro conseguiram a desapropriação e criação antes da lei que proíbe a desapropriação da área ocupada.

O PA 700, inicialmente, foi composto por famílias que vieram de Palmas - TO, Juarina e de Couto Magalhães. Possui três acessos de estradas, e seus principais produtos que comercializam são: farinha de mandioca, frutas e verduras, tendo boa participação de feirantes na feira municipal.

Figura 5 - Acesso ao PA 700, estrada de acesso ao PA Belenzinho e ao PA Morrinhos



Fonte: Arquivo da autora (2020).

O PA Belenzinho é o assentamento mais distante da sede do município, cerca de 50 quilômetros, e desde sua criação recebeu famílias principalmente de Pequizeiro e Colmeia - TO, municípios próximos. A maioria dos agricultores que residem lá são pessoas com mais de 65 anos e consideradas idosas. A produção do PA Belenzinho pode ser considerada agricultura de subsistência, porém diversificada, com peixe de criatório, vendido dentro e fora do município, pequenas criações de gado para produção de leite, com mão de obra da própria família. Ressalta-se o fato de que os agricultores buscam complementar sua renda trabalhando fora das propriedades, principalmente operando máquinas nas propriedades vizinhas que cultivam grãos em grande escala.

Já o PA Pé do Morro foi composto por famílias principalmente da zona urbana de Couto Magalhães e está dividido em 29 parcelas de 48 a 67 hectares cada, e faz limite com a TO-336, e outros PAs. Fica a 15 quilômetros da sede de Couto Magalhães, conta com estradas em boas condições de trafegabilidade, energia elétrica, casas e acessaram o PRONAF. É um assentamento rural onde é cultivado alimentos principalmente para o consumo familiar ou para compras institucionais, além da criação de pequenos animais e gado.

Os PAs Cocal e Campo da Missa foram impedidos de serem desapropriadas devido a documentação de escritura da fazenda não ser legal. Depois que conseguiram a documentação, a lei já estava em vigor e os fazendeiros declararam que os trabalhadores eram trabalhadores da fazenda e consentiram que estes trabalhassem na terra como se fossem trabalhadores da fazenda. Assim, procuraram o INCRA para legalizar a ocupação sendo efetivado a instituição desses dois assentamentos em 2008.

Figura 6- Acesso ao PA Pé do Morro e PA Cocal



Fonte: Arquivo da autora (2020).

Os assentados conseguiram os créditos de implantação pelo INCRA e se organizaram através das associações para acessar as linhas de créditos do PRONAF, pelos Banco do Brasil e Banco da Amazônia. Hoje, estes dois PAs contam com uma boa estrutura física, com casas construídas pelo INCRA e outras financiadas por programas da Caixa Econômica Federal, estradas e energia rural.

O PA Cocal possui 34 parcelas que variam de 48 a 67 hectares, faz divisa com outros PAs e com a área de uma antiga calcareadora que não foi inserida no assentamento. Neste, é produzido principalmente leite para ser vendido na sede do município e queijo na feira municipal, além de frutas, verduras e pequenas roças de subsistência para o consumo familiar.

Já o PA Campo da Missa está localizado a 25 quilômetros da sede de Couto Magalhães, com limite às margens do rio Araguaia, que separa os estados Tocantins e Pará. Parte dos assentados é constituída por pescadores, que pescam para o consumo familiar e para complementar a renda da família. Pois no Distrito de Peixilandia tem a sede da colônia que recebe o pescado do município. Os agricultores cultivam principalmente mandioca e fazem farinha para o consumo da família e vendem nas ruas da sede do município, em supermercados na cidade e antes da pandemia alguns vendiam também na feira. Além da mandioca, cultivam verduras e plantam pequenas roças caracterizadas como agricultura de subsistência, criam suínos, galinhas e outros animais domésticos, além de gado em suas propriedades. Parte da criação destes animais é para a produção de leite.

As observações permitem afirmar que, assim como o PA Belenzinho, o PA Campo da Missa está começando a trabalhar com gado de leite, para a comercialização em laticínios em municípios vizinhos. Em uma das propriedades já tem instalação de infraestrutura e equipamentos que propiciam o manejo da atividade leiteira, mas ainda em fase inicial. Este assentamento tem 31 parcelas de 48 a 67 hectares. No verão, a estrada de acesso ao PA Campo da Missa é bastante

movimentada, utilizada por turistas devido à proximidade com o rio Araguaia, e devido a este fato é muito utilizada e recebe vários turistas de cidades próximas que montam acampamento para passar parte das férias.

Figura 7- Acesso ao PA Campo da Missa e PA Senhor do Bonfim



Fonte: Arquivo da autora (2020).

O PA Senhor do Bonfim teve a documentação finalizada em 1997, porém a regularização deste foi somente no ano de 2001. Também entrou antes da lei que proibia a desapropriação de área ocupada. Inicialmente o nome deste assentamento era Alegria. No entanto, por existir outro assentamento no estado com este nome, os então assentados tiveram que mudar o nome e então escolheram por chamá-lo de Senhor do Bonfim. Este PA tem 33 parcelas de 48 a 67 hectares. Fica distante da sede do município por 11 quilômetros. A base da economia deste assentamento é a produção para subsistência, que se dá pela pequena produção familiar em pequenas roças, criação de pequenos animais domésticos e venda de verduras, doces, ovos caipira e pequena criação de gado.

O PA Alto Alegre foi criado em 2003, os trabalhadores estavam acampados desde 2002 as margens da fazenda Santa Vitória, no entanto, o dono da fazenda não aceitou vendê-la e nem permitiu a ocupação. Porém, o sindicato ao perceber que a fazenda Alto Alegre era improdutiva e que poderia atender as famílias acampadas solicitou vistoria e posteriormente a desapropriação da fazenda para a reforma agrária. A partir do contato com o INCRA, foi aceita a regularização fundiária para a transferência dos trabalhadores para serem assentados no assentamento Alto Alegre, onde os mesmos se organizaram em associação e pleitearam os créditos do PRONAF. Composto principalmente por famílias oriundas de Conceição do Araguaia e sede do município de Couto Magalhães. São ao todo 47 parcelas de 48 a 67 hectares.

O PA Alto Alegre faz divisa com fazendas, outros PAs e com o rio Araguaia, quase em frente a cidade vizinha Conceição do Araguaia - PA. Parte dos moradores

faz o percurso entre estas localidades em canoas voadeiras, devido à proximidade. Porém, para a sede do município o transporte é terrestre. O PA também é composto por pescadores e agricultores familiares que vendem sua produção de caju, frango, garapa de cana, jiló e outros, para a alimentação escolar e na feira do município.

Figura 8- Acesso ao PA Alto Alegre e PA Bonanza



Fonte: Arquivo da autora (2020).

O PA Bonanza foi constituído em 2006, por meio de transferência do acampamento Bom Jesus, que se instalou nas proximidades da cidade de Couto Magalhães e depois para as margens do córrego Borá, com a intenção de assentar na fazenda Dom Bosco. A consolidação deste aconteceu após o sindicato solicitar ao INCRA a vistoria da Fazenda Dom Bosco, no entanto esta não foi aprovada conforme os critérios da reforma agrária e informaram que fizessem o pedido de vistoria da fazenda vizinha. Nesse período, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais fez a solicitação de vistoria e dentro de um ano o PA foi criado, sendo composto por famílias dos distritos de Porto Franco e Peixilândia e sede do município.

Durante o período de implementação do PA Bonanza, o INCRA deu assistência aos moradores do acampamento com a distribuição de cestas básicas. Este PA situa - se bem próximo à sede do município, sendo normal as pessoas fazerem o trajeto até a cidade de bicicleta. As atividades giram em torno da produção de subsistência, principalmente arroz, feijão, mandioca, maracujá e milho. Também criam animais para o consumo e alguns agricultores possuem criação de gado. Destaca-se o fato de que próximo a antiga sede, hoje área comunitária, foi construída uma escola padrão FNDE, inaugurada em 2018 e que atende 06 assentamentos. As estradas recebem manutenção e estão em boas condições. É o segundo maior PA do município, com 64 parcelas que variam de 24 a 33 hectares cada.

O PA Bananal localiza-se a 35 quilômetros da sede do município, e sua ocupação se deu da seguinte forma: no início, era uma área ocupada com pequenas

propriedades as quais não tinham documento. Os próprios moradores, através da Associação, buscaram informação junto ao INCRA e depois de certo tempo o assentamento foi consolidado. Este PA tem 26 parcelas de 24 a 33 hectares cada, com infraestrutura já que os moradores tiveram acesso a construção das casas, energia elétrica, estradas e acesso ao PRONAF. Faz divisa com grandes fazendas e com o PA Belenzinho.

Figura 9- Acesso ao PA Bananal e Estrada de acesso ao PA São Sebastião



Fonte: Arquivo da Autora (2020).

No PA Bananal a produção é de subsistência com pequenas roças de arroz e milho e pequena criação de suínos, cuja carne e gordura são comercializadas na feira municipal. Além da criação de gado para produção de leite, que é armazenado em tanques disponibilizados em propriedade dentro do próprio assentamento, e depois o produto é recolhido para ser levado para laticínio nos municípios vizinhos, visto que ainda não há laticínio em Couto Magalhães. Este PA é cortado pelo rio Bananal, importante, pois é onde os agricultores costumam pescar para complementar a alimentação da família.

O PA São Sebastião tem as mesmas características do PA Bananal, devido no início consistir em pequenas propriedades e/ou agricultores familiares, mas não tinham documentos que comprovassem a posse da terra, então estes buscaram documentar as propriedades. E após a regularização do PA Bananal, o INCRA começou o processo de regularização do PA São Sebastião, cujo nome foi escolhido devido a comunidade local já festejar a festa do Padroeiro. Destaca-se o fato de que foi necessário primeiro regularizar a associação do PA e então prosseguir para a criação do mesmo.

Neste período, alguns proprietários optaram por não entrar na área do PA. O PA São Sebastião tem 17 parcelas que variam entre 48 a 67 hectares distante da sede do município por 23 quilômetros. Possui infraestrutura como casas, estradas, energia elétrica e acessaram o PRONAF, principal programa de crédito aos

agricultores do Brasil. As famílias assentadas cultivam alimentos principalmente para a subsistência familiar, mas alguns são vendidos para compras institucionais, o Programa PAA e PNAE, como a rapadura e a banana.

Figura 10- Acesso PA Orquídea Azul



Fonte: Arquivo da autora (2020).

O PA Orquídea Azul foi criado pelo crédito fundiário, consiste numa modalidade de compra de terra que o assentado faz a negociação direta com a instituição financeira e/ou banco. O banco compra a terra, o crédito fundiário divide a terra e os assentados compram e pagam parceladamente em vários anos. A associação deste PA foi criada no município de Arapoema em 2007 e tem 50 parcelas com 7 alqueires e/ou cerca de 33 hectares. Após o assentamento ter sido criado, foi liberado crédito para que as casas da agrovila fossem construídas, todas têm o mesmo modelo e tamanho.

De acordo com os dados do último censo agropecuário de 2017 (IBGE, 2019), atualmente, cerca de vinte e oito famílias de assentados recentes ainda não possuem a documentação referente a regularização das terras, sendo que o restante dos assentados mais antigos que participaram desde o início já está com a documentação organizada. As observações realizadas durante a pesquisa de campo permitem afirmar que atualmente o Orquídea Azul não tem as mesmas famílias fixadas no início, alguns venderam o direito ou negociaram a terra para retornar para Arapoema, e outros para morar na sede de Couto Magalhães ou para ir embora para outro lugar.

Outro fato não menos importante, no caso do PA Orquídea Azul, é que a dívida junto ao banco credor responsável pela compra da terra não foi paga, pois é uma dívida coletiva e na última negociação nem todos estavam em condições de contribuir para quitar a dívida da terra. A escritura é única para todos os moradores do PA, já que o assentamento foi constituído pelo modelo de agrovila, onde as casas ficam separadas das parcelas. Cabe destacar que este PA já conta com

infraestrutura, tais como estradas, energia elétrica, e abastecimento de água encanada de responsabilidade do poder público municipal e fica localizado a cerca de 25 quilômetros da sede do município. Ressalta-se o fato de que PA Orquídea Azul é um dos assentamentos atendidos pelo PTC.

O PA Orquídea Azul é rodeado por fazendas e vários assentados procuram emprego nas fazendas próximas. Devido à vulnerabilidade social das famílias locais, por iniciativa de alguns associados em parceria com o poder público municipal, foram disponibilizados maquinário necessários para cultivo da mandioca em sistema comunitário, por se tratar do principal produto de subsistência das famílias. No início todos os assentados eram oriundos do município de Arapoema, onde a associação foi criada.

Na área educacional, foi identificado grande número de moradores do referido assentamento na condição de analfabetos ou com pouca escolaridade, pois em campanha para formar turmas de Educação para Jovens e Adultos, na esfera municipal, identificou-se a referida situação. Tendo o poder público disponibilizado estrutura para formação de turmas, as quais tinham como principais alunos adultos deste assentamento.

O PA Monte das Oliveiras, também oriundo de crédito fundiário, foi criado entre o ano de 2008 e 2009 e nele residem 20 famílias. Na modalidade crédito fundiário, o banco efetua a compra e vende para a Associação, dividindo a dívida em parcelas a serem pagas por um longo período. Diferente do assentamento de crédito fundiário Orquídea Azul, neste as casas foram construídas dentro das parcelas. Com infraestrutura de casas, energia elétrica e estradas. Mas devido a maior parte da área ser acidentada, durante a pesquisa de campo nota-se a necessidade de manutenção nas estradas. Localizado próximo à sede do município, caracteriza-se por ser uma região acidentada com vários morros. No inverno, em período de chuvas há abundância de água, já no período de verão conhecido como seca há a escassez de água. A produção de alimentos é para subsistência familiar.

O Assentamento Vale do Paraíso é um dos últimos criado no município, em 2013. A criação deste PA aconteceu a partir de algumas famílias que foram cadastradas em Colinas e o próprio INCRA autorizou a entrada deles na fazenda. Depois de cerca de um ano, após o INCRA ter feito a desapropriação e regularização da fazenda, assentaram-se as famílias que estavam lá e outras cadastradas em agosto de 2013. As parcelas têm em torno de 5 alqueires ou 24

hectares (ha). Faz divisa com outro assentamento e fazendas. O Rio Barreira corta o assentamento sendo um importante recurso natural utilizado pela população local de onde tiram água, peixe e lazer.

Figura 11- Acesso ao PA Monte das Oliveiras e ao PA Vale do Paraiso



Fonte: Arquivo da autora (2020).

Após a demarcação foram construídas estradas de acesso ao PA. Durante as pesquisas de campo se observou que já há estruturas, tais como: cercas em torno da propriedade, várias residências com poço e água encanada. As residências das famílias assentadas estão sendo construídas por eles conforme as condições da família. Algumas de alvenaria, outras de madeiras e outros materiais dos recursos disponíveis na região. É um dos PAs que em pouco tempo começou a se destacar na produção de alimentos, tais como: mandioca, milho verde, limão, rapadura, doce, banana, leite e outros. Porém, nos últimos dois anos, algumas famílias venderam o direito da terra e foram embora. Durante a pesquisa de campo não ficou muito claro os motivos de deixarem suas terras. Observou-se que a sede da Associação é bem estruturada e foi construída com a participação da comunidade local.

Figura 12- Estrada de acesso ao PA Morrinhos e PA Belenzinho e PA Haras Suécia



Fonte: Arquivo da autora (2020).

A área de ocupação Morrinhos é conhecida popularmente como VR, e a Associação dos moradores tem o nome de Rosa de Saron. Está ocupada há pouco mais de três anos. Antes estes assentados ocupavam a fazenda Dom Bosco, mas após o despejo foram para a área atual. Por duas vezes foram removidos das áreas

que ocupavam e encaminhados para a sede do município, sendo impedido de criar o PA, em virtude de ela já estar ocupada. A área já está desapropriada pelo INCRA desde 2018. A maior parte das famílias são oriundas de Conceição do Araguaia, Pará. A previsão é de assentar 72 famílias, mas em torno de 30 famílias ocupam a área até o fechamento desta dissertação.

O PA Morrinhos ou VR, fica a 48 quilômetros da sede do município e ainda não é consolidado, portanto, não há infraestruturas como estradas e somente na sede tem energia elétrica. O acesso das famílias assentadas a água é precário, feito por diversos meios já que não existe água encanada, sendo este ainda um dos principais problemas.

Pelas observações realizadas durante a pesquisa de campo nota-se que as condições de habitação no PA Morrinhos ou VR também não são boas, devido não terem segurança de que realmente ficarão assentadas neste local. Uma outra ameaça às condições de moradia é o fato de as parcelas não terem sido oficialmente divididas e por isso não sabem se realmente serão donos da terra que ocupam, e conseqüentemente não investem na construção de suas casas. Devido às vulnerabilidades sociais, as famílias que ocupam este território dependem do PBF e trabalham de diaristas em propriedades vizinhas.

Como o PA Morrinhos não foi consolidado oficialmente, as famílias ainda vivem a ameaça de despejo, portanto não fazem muitos investimentos. E aguardam as decisões do INCRA para saber se serão contemplados com um pedaço de terra. Mesmo não sendo consolidado observa-se a produção de mandioca, feijão, milho, abóbora, banana e verduras, para subsistência e algumas famílias criam frango e cultivam frutíferas.

O PA da área do Haras Suécia tem 23 parcelas que variam de tamanho, em torno de 5 alqueires ou 24 hectares, e assim como o PA Morrinhos ou VR ainda não é consolidado. A história deste PA iniciou há vinte e três anos, e segundo as informações colhidas no local trata-se de uma área antiga de ocupação. Anteriormente foi uma fazenda, e após o dono não conseguir quitar uma dívida junto ao banco, foi abandonada.

As pessoas começaram a ocupá-la, criaram a associação e há dois anos entraram com o pedido de desapropriação rural. Dessa forma, as famílias ainda não têm documentos que comprovem a posse da terra, apenas contratos de compra e venda e sessão de uso, mas foram contemplados com estradas e energia elétrica.

Nota-se que as residências em sua maioria são bem simples, de madeira ou adobe e geralmente pequenas, segundo as informações os assentados não tiveram acesso a programas de habitação. Vale ressaltar que os assentados do PA da área do Haras Suécia participam do PTC, produzem arroz, feijão, mandioca e farinha. A maior produção é de gado e o restante para subsistência.

Destaca-se que o primeiro caso de Covid-19 registrado no município foi em 26 de abril de 2020. Mas, nas últimas semanas os boletins vêm mostrando o aumento dos casos e já conta com registro de casos em PAs. Desde então, o Departamento de Vigilância Sanitária do município foi obrigado a tomar atitudes no sentido de evitar a contaminação e propagação da doença, diminuindo aglomerações de pessoas. Isso posto, o transporte das pessoas da zona rural para a cidade, o transporte dos feirantes para a feira municipal e o transporte escolar estão suspensos desde abril de 2020. Isso afetou o funcionamento da feira na qual esteve suspensa durante algumas semanas, voltando a funcionar em junho, mas sem o serviço do transporte público.

Em decorrência destes fatos, alguns feirantes não estão frequentando a feira para comercialização e troca de seus produtos de forma assídua, somente três destes feirantes estão frequentando com assiduidade. Assim, a diversidade de alimentos disponíveis diminuiu significativamente, como também a quantidade de pessoas circulando no entorno da feira. O que diminuiu também foram os consumidores, pois agora as pessoas vão à feira apenas para comprar alguns itens, e de forma rápida.

Outro fato que afeta diretamente os agricultores e seus familiares da região é a questão da Educação, já que as aulas presenciais nas escolas municipais estão suspensas desde maio de 2020. Após as férias escolares decretadas em abril e a partir do mês de maio/2020 as atividades escolares estão acontecendo de forma remota. No entanto, muitos pais, principalmente da zona rural, estão tendo dificuldades para ajudar nas atividades dos filhos, devido à baixa escolaridade e falta de acesso à internet.

Sobre a questão da saúde cabe ressaltar que para os acometidos pelo Covid-19, no município está sendo disponibilizado na Unidade Básica de Saúde o atendimento médico 24 horas e medicamentos para casos leves, e no caso de internações consideradas graves são encaminhadas pelo Sistema SUS ao município de Araguaína. Tal fato tem ocasionado um colapso para a cidade com grande

número de registros de Covid- 19.

Conforme os dados apresentados, neste item cabe ressaltar que a região objeto deste estudo está inserida no território tocantinense que, desde a separação do norte de Goiás, luta para combater a pobreza e as desigualdades sociais de sua população. Mas ainda não conseguiu resolver nem a questão agrária e muito menos a fundiária, que persiste nos dias atuais. Tais fatos afetam os públicos em situação de vulnerabilidade social e de exclusão, tanto no meio urbano quanto no meio rural. Onde atinge eminentemente as populações tradicionais, os indígenas e os quilombolas do estado do Tocantins (SANTOS; BERALDO; SILVA, 2020; SOUSA, 2020).

Para Santos, Beraldo e Silva. (2020), o Brasil vinha ganhando destaque internacional com seus avanços nesta área – haja vista sua saída, em 2014, do Mapa Mundial da Fome, graças às suas políticas voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), o cenário de desigualdade não difere da realidade dos demais países em desenvolvimento. Os dados referentes à alimentação e à nutrição levam governos e organizações a discutirem políticas e ações que os capacitem a enfrentar novos desafios. A partir daí, emergem novos conceitos e interpretações para orientar os trabalhos sobre SAN e sobre Soberania Alimentar (SA), temas-chave na abordagem do desenvolvimento humano sustentável.

De acordo com dados do IBGE (2019), entre os anos de 2016 e 2017 os percentuais de pobreza passaram de 25,7% para 26,5%, e o de extrema pobreza saltou de 6,6%, em 2016, para 7,4% em 2017. Na contramão das ações que visam superar a pobreza no Brasil, o Governo Bolsonaro realizou o fechamento do Conselho Nacional de SAN (CONSEA), a partir da Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019. Ainda em 2019, de acordo com os dados do Banco Mundial (BID), o Brasil voltou a constar no mapa da fome. Tal realidade aponta para a perda de direitos constitucionais dos cidadãos brasileiros (SANTOS; BERALDO; SILVA, 2020).

5 ANÁLISE DO PROGRAMA TUIA CHEIA

Para atender ao objetivo principal do trabalho de analisar os resultados do PTC e sua contribuição para o combate da insegurança alimentar e nutricional no município de Couto Magalhães, nesta seção serão apresentados os resultados da pesquisa.

O PTC é um programa municipal, consiste em um plano local de produção de alimentos hortifrutigranjeiros da agricultura familiar do município de Couto Magalhães. Tal programa é de atribuição da Secretaria Municipal de Agricultura Meio Ambiente e Turismo. Tem base ecológica, voltado para o desenvolvimento rural sustentável e oferece possibilidades de melhorar a qualidade de vida e valorizar a cidadania dos agricultores familiares.

Segundo o Manual de Orientação do Produtor Rural - Tuia Cheia II, a Secretaria Municipal de Agricultura incentiva os produtores rurais a participarem do programa. A produção consiste em alimentos para consumo da própria família e o excedente poderá ser destinado às compras institucionais pelo poder público, além da comercialização na feira municipal e de forma autônoma pelos agricultores.

Dentre os objetivos do PTC destaca-se o incentivo no sentido de aumentar a produção, em quantidade e qualidade, com acompanhamento técnico; proporcionar educação ambiental e nutricional; fixação das famílias no campo e inclusão da comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar nos programas sociais, nas esferas de governo: federal, estadual e municipal, além de apoio à comercialização na feira municipal.

Ressalta-se o fato de que, nos últimos dois anos, a Prefeitura Municipal realizou por meio da Secretaria Municipal de Educação a compra da agricultura familiar, compondo mais de 50% da alimentação escolar servida nas escolas municipais, em busca de substituir ao máximo os produtos processados ou industrializados por alimentação oriunda da agricultura familiar do município. Esse fato vem aumentando e diversificando os alimentos que chegam às escolas, nas entidades e na feira do agricultor. Sendo que em 2014 o SEBRAE reconheceu o programa na categoria "Pequenos Negócios no Campo".

Os dados do Censo de 2018 (IBGE, 2019) apresentam uma caracterização socioeconômica dos agricultores familiares da região. Além dos aspectos sobre a

produção e acesso a políticas públicas que nos ajudaram a diagnosticar, caracterizar e compreender um pouco mais o universo e amostra da pesquisa. Tais similaridades são apresentadas no quadro 1.

Os resultados do Censo Agropecuário 2018, (IBGE, 2019), demonstram os alimentos mais produzidos no município, com destaque para a mandioca, melancia, milho, banana, abacaxi, arroz, feijão, cana, abóbora e melão. É importante ressaltar que a pesquisa em questão identificou entre os participantes todos estes produtos, exceto o melão.

Quadro 1 – Características dos agricultores familiares assentados do Município de Couto Magalhães.

Características	Censo/2017	Encontradas na pesquisa
Assentados que não possuem o título (documento) da terra	88 famílias assentadas	A maioria dos AF do PTC entrevistados não possui
Gênero dos assentados	A maior parte dos assentados é do sexo masculino	Predominância de pessoas do sexo masculino
Alfabetização/ escolaridade	A maioria com baixa escolaridade	Baixa escolaridade, com exceção de uma produtora que tem o curso técnico agropecuário.
Idade dos agricultores	Maior parte entre 45 a 55 anos	Maior parte entre 40 a 59 anos
Assistência Técnica	Menos da metade recebeu assistência técnica	Todos receberam assistência técnica

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Censo/2018 (IBGE, 2019).

Aos agricultores familiares que residem nos PAs do município de Couto Magalhães, a prefeitura disponibiliza assistência técnica, com técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura organizando os agricultores, instruindo-os desde o preparo do solo, plantio, controle de pragas, colheita, armazenamento e comercialização. No entanto os dados do Censo mostram que nem todos os agricultores receberam tal assistência.

5.1 Desenvolvimento do PTC e as questões agrárias

Castro (2006), afirma que para diminuir ou acabar com a fome, a reforma agrária é entendida como um dos fatores determinantes. Ou seja, o acesso a terra oferece possibilidades de produção de alimentos e desta forma estende o direito à

alimentação humana. Nesse sentido entende-se que o Estado deve desempenhar o papel de incentivador e implementar programas que estendam a este direito, através de políticas públicas diversas que se somam em avanços dentro da política de segurança alimentar e nutricional.

Dessa forma, o programa é desenvolvido atrelado a outras ações municipais de apoio à agricultura familiar, com a oferta de assistência técnica, análise de solo, transporte de insumos agrícolas como o calcário e gesso agrícola e transporte dos agricultores familiares para a sede do município coma venda do excedente na feira municipal.

Os resultados da pesquisa de campo apresentados a seguir permitem uma análise mais detalhada do Programa e o seu papel no combate à insegurança alimentar e nutricional das famílias assentadas no município. Os relatos, descritos na íntegra, foram coletados por meio da realização do grupo focal.

A forma predominante de acesso a terra se deu de duas formas. Alguns compraram com recursos financeiros próprios e outros tiveram acesso à parcela do assentamento com a implantação de políticas agrárias, ou seja, teve acesso à terra de forma gratuita. Dos entrevistados, dois ficaram por um determinado período na condição de acampados, junto a outras famílias em acampamentos improvisados. E um dos participantes ainda não é assentado, mas está na condição de acampado, porém já tem delimitação da parte da área que irá ocupar, não fica junto a outras famílias, mas aguarda a medição para efetivação do PA de reforma agrária.

Sobre a aquisição da propriedade que moram e trabalham como agricultores produzindo alimentos e criando alguns animais, as respostas foram diversas conforme descritos a seguir:

adquiri comprando o direito né, que morava no Pará aí comprei aqui a área de outro assentado. Uma parcela que consegui comprar tenho vontade de trabalhar, sobrevivo da terra (Participante Pv, 2020. Informação verbal).

Outros participantes afirmam ter sido assentado conforme os critérios agrários e está no assentamento desde o início:

Eu fui assentado pelo INCRA né, em 2001e mudei pra lá no mesmo ano 2001. Morava na cidade, vim de Goiás em 75. Em 2001 com a implantação do assentamento Pé do Morro nós fomos cadastrados e aprovado nos cadastros, Dia 03 de março de 2001 (Participante Pj, 2020. Informação verbal).

...vim pra cá em 2013, encaminhado pelo INCRA mesmo. To aqui, gosto de trabalhar. A casa que moro ainda é fraca, de madeira, chão e não tem

banheiro como os da cidade. Tenho vontade de ter uma casa construída (Participante L, 2020. Informação verbal).

A regulamentação da constituição para a reforma agrária na forma da Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, criou as bases legais para as desapropriações e assentamentos, dando fôlego às políticas de assentamentos. Após 10 anos já tinha promovido o assentamento rural de 800 mil famílias nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula. As falas dos participantes demonstraram satisfação com a terra que adquiriram:

...estou aqui desde 2007, mas aqui foi criado em 2003. Eu não acreditei que ia dar certo. Que iam criar mesmo o assentamento, que é de crédito fundiário. Um dia tratando de outro assunto, um amigo que também aguardava pela criação do assentamento me falou que estava para ser criado, mas precisava de alguém para ir a Palmas e ajudar na documentação das pessoas. Me inteirei do assunto, fui lá a Palmas e era verdade. Então resolvi lutar e deu certo (Participante O, 2020. Informação verbal)

Para Sauer (2010), o Brasil é o país que mais executou programas de crédito fundiário. Ao considerar os números da América Latina e África, o país foi destaque tanto na quantidade de famílias beneficiadas, quanto no total de recursos destinados.

... eu estou no meu pedaço de chão há 03 três anos, esse ano vai completar 04 anos. Eu vim pra cá porque percebi que se eu não viesse, ficaria de fora. To aqui, ainda não tem água arrumada, a casa não tem quase conforto (Participante M, 2020. Informação verbal)

A fala de PM destaca que o agricultor familiar está há três anos assentado e ainda se encontra na condição de ocupante da parcela, assim como outras famílias, pelo fato de a fazenda ainda não ter sido regularizada pelo INCRA. Tal demora na regularização em muitos casos é explicado pelas constantes mudanças de governo.

A forma predominante de acesso à terra que possuem se deu por meio de compra com recursos financeiros próprios e dentre os que tiveram acesso à parcela do assentamento com a implantação de políticas agrárias, dois ficaram por determinado período na condição de acampados, junto a outras famílias em acampamentos. E uma das participantes ainda não é assentada, mas está na condição de acampada, porém já tem delimitação da parte da área que ocupa, ou seja, não fica junto a outras famílias. Todos delimitaram sua área e aguardam a medição da mesma como Projeto de Assentamento de Reforma Agrária.

Conforme relata Mattei (2015), nas últimas décadas do século XX, a classe rural brasileira se estruturou e cobrou ações e políticas públicas da referida classe trabalhadora, mas vem perdendo seus direitos conquistados aos poucos. Cita-se como referência a criação do MDA (extinto em 2016), e sua importância para efetivação das políticas públicas para o rural brasileiro concentradas de 2003 a 2015.

5.2 Participação em Programas Institucionais - PNAE

Sobre a alimentação escolar, os participantes que tem filhos em idade escolar responderam que em geral as crianças merendam na escola, portando dependem da alimentação via PNAE. A pesquisa buscou entender quais frutas, verduras e legumes são cultivados pelos agricultores do município. E sobre essa questão percebe-se um entendimento acerca da produção de alimentos pelos agricultores familiares. A participação foi massiva ao elencar que:

... planto arroz, milho, mandioca, planto é abacaxi, banana, tem muito anos que não compro banana já e tenho uma pequena criação de porcos né, sempre a média de 15 porcos que tenho tido e crio gado de cria, gado branco, de leite não "(Participante P, 2020. Informação verbal)".

... aqui a gente planta de tudo, quase de tudo. Não dependemos muito da rua. O nosso arroz é daqui, não compramos. Tem banana todo dia, uma variedade grande de banana que a gente tem, cana, mandioca, milho. Compramos um triturador, gambiarmos, ele é usado. No negócio entrou até galinha, mas deu certo. Um novo a gente não dá conta de comprar. É caro (Participante T, 2020. Informação verbal).

... eu passo o dia trabalhando. Uma hora estou plantando, outra limpando, outra zelando. Mexemos com horta, lá tem jiló, quiabo, maxixe, às vezes mostarda, abobrinha... Gosto de ter uns pés de maracujá plantado, é bom pra vender. Mais o que eu gosto muito de mexer e vendo, é a pimenta do reino. Vendo tudo. Tem também um bananal outras coisas como cupu, a cana que é pra vender a garapa. Era pra estar produzindo muita uva. Plantei bastante pés. Cuidei, zelei. O pessoal da agricultura veio aqui e me deu dicas, eu pesquisei. Mas quando começou a produção, os passarinhos acharam e aí enrolei os cachos com papel, mas não adiantou. O papel molha e eles bicam (Participante G, 2020. Informação verbal).

... planto arroz, milho, feijão, batata doce, cana de açúcar pra fazer rapadura, faço um queijinho, crio uma galinha, um porco, tiro um leitinho pra despesa da família. Lá em casa sempre tem um queijinho (Participante O, 2020. Informação verbal)

Um dos agricultores familiares produz rapadura, aprendeu com o pai, que está idoso e não consegue mais trabalhar. E devido à idade do pai, ele e a esposa tocam

o engenho como ocorre geralmente nas questões da sucessão rural. Seus produtos são comercializados por meio das compras institucionais, mas seus principais mercados compradores ainda são do mercado privado, os supermercados, principalmente da cidade de Guaraí, Colméia e no próprio município. Nesse ano, afirma ter uma grande quantidade de cana de açúcar para fabricar rapaduras, porém está inseguro devido à pandemia da COVID-19. Essa preocupação é compartilhada por mais agricultores que produzem alimentos para entregar nas escolas do município. Um deles relatou que deveria estar entregando alimentos para a alimentação escolar, mas como as aulas estão suspensas não houve aquisição nesse período.

5.3 Produção trabalho e renda dos agricultores que participam do PTC

A EMBRAPA (2014), elenca que a agricultura familiar promove o desenvolvimento sustentável local e consiste em fonte de trabalho e renda para as famílias. Observa-se que os alimentos como banana, mandioca, milho verde, abacaxi e queijo são encontrados com mais facilidade na feira municipal. E no início do verão costuma ter em abundância a rapadura produzida dentro do município, tanto, na feira municipal e em alguns mercados. Já sobre a criação de animais as respostas foram bastante diversas:

... lá mois cria é pra comer, se precisar a gente vende pra acudi outra coisa. Crio galinha é mais pra comer, também crio um pouquinho de gado. (Participante Pu, 2020. Informação verbal).

É pra sobreviver, pra gente sobreviver, manter o sustento (Participante Pj, 2020. Informação verbal).

... os animais que eu crio é pra despesa e consumo, faço parte do compra direta. A gente entrega né eu sobrevivo só das coisas minha. É galinha, porco, um arroz que a gente vende, o milho, feijão, da farinha planto pra vender. Vivo do plantio, da criação e da produção da lavoura. Vendo pra merenda, vendo pra feira, vendo pro mercado, vendo pro cliente que vai comprar na minha porta e a vista graças a Deus (Participante Pv, 2020. Informação verbal).

A criação de animais, tais como galinha, porco e outros animais domésticos, em sua maior parte, consiste para atender as necessidades alimentares dos participantes. Já a criação de gado é destinada para fins comerciais, seja pelo leite ou a venda de vacas ou bezerros. Conforme dito pelos participantes, estes são vendidos para os “boiadeiros” que vão até as propriedades para comprar os animais.

Sobre a renda familiar, em valores advindos da produção agrícola e criação de animais, os participantes não quantificaram o resultado de seus negócios. Declararam apenas que dá renda e que sustentam a família. Já sobre fazerem parte de programas sociais, tipo PBF e aposentadoria o referido grupo tem público beneficiário do PBF, aposentado e um professor assalariado. Declarados desta forma:

... eu sou aposentado (Participante Pu, 2020. Informação verbal).

... minha esposa é incluída no Bolsa Família (Participante Ps, 2020. Informação verbal).

... eu também faço parte do Bolsa Família. (Participante Pj, 2020. Informação verbal).

Sobre os programas sociais destaca-se a participação de um dos beneficiários ao referenciar o PBF como uma das condições para a produção de alimentos na horta da família e nas frutíferas do quintal.

Aqui o dinheiro do Bolsa Família é pra pagar a energia. A gente deixa ele pra isso, porque é uma renda que é certeza. E nós conseguimos furar o poço, temos água e aí tem que pagar a energia direitinho, pra gente não ter prejuízo. Às vezes sobra dois três reais do Bolsa Família. Agora o governo mandou o auxílio emergencial que é mais, mesmo assim o de pagar a energia é o primeiro (Participante G, 2020. Informação verbal)

Ressalta-se a importância dos programas sociais para superar as dificuldades e gerar novas perspectivas para trabalhadores rurais. Tais resultados foram encontrados nas pesquisas de Grisa e Schneider (2014) e Buainain e Garcia (2013), quando o Estado começa a desenvolver ações sociais e assistenciais para diminuir a pobreza rural. Assim como os autores, observa-se que o papel das políticas de transferência de renda permite aos pequenos agricultores melhoria no bem-estar, além de ser usada para investimento na produção familiar a fim de produzir alimentos.

Sobre a questão de como os participantes percebem e avaliam o PTC, perguntou-se como é produção de alimentos? Quando é feito o cultivo? E também o que mais gostam e chamam sua atenção para estarem no PTC?

As respostas são diversas, mas cabe mencionar a articulação das políticas públicas para a superação das desigualdades no campo. As políticas públicas são precursoras de instrumentos, que aliados a atividades agrícolas e não agrícolas, às novas formas de organização das atividades rurais e à participação das famílias nas

políticas sociais, contribuem para o desenvolvimento rural.

Eu já participo há muitos anos, porque tem ajuda no beneficiamento da terra, fica mais fácil pra gente. Se a gente for pagar a hora de um trator, a gente ainda ganha o adubo. Favorece bastante pra gente (Participante Pj, 2020. Informação verbal).

O Tuia Cheia foi um projeto criado pra gente e é um projeto muito bom que nós tamo de parabéns porque tem facilidade imensa em produzir. O que eu mais gosto no programa é que a força, da condição da gente pagar a hora máquina de um trator é muito caríssima. Antes a gente via trator no fazendeiro e hoje nós como pequeno nós tem direito a hora do trator e temo o calcário (Participante Pv, 2020. Informação verbal).

Eu faço parte desde a implantação do programa sou contemplado com preparação do solo e com a compra de insumos (Participante Pj, 2020. Informação verbal).

Pra mim pode dizer que melhorou cem por cento. Sabe por quê? Teve uma diferença imensa pra mim graças a Deus. A gente tem fartura, e ta conseguindo fazer a terra bem-feitinha (Participante Pv, 2020. Informação verbal).

Sim. Nos últimos anos a minha produção está mais organizada, antes do programa a gente às vezes gradiava a terra fora da hora, hoje a gente tem mais cuidado, no preparo do solo, com aquela área que você abriu, entendeu. Antes você deixava vira muita juquira, muita capoeira. Hoje a gente tem um carinho melhor pela terra que é separada para produção de gêneros alimentícios na terra (Participante Pj, 2020. Informação verbal).

Sempre que planto é pelo programa da Prefeitura, eles vêm no assentamento, faz reunião com a gente e explica tudo. É muito mais fácil, fora que produz mais. A roça da mandioca que está plantada foi pelo programa. Também plantei feijão macaça e foi muito bom, esses tempos o trator veio preparar mais um pedaço de terra, mas devido à pandemia achei melhor não, pois fiquei com medo e não sei como vai ficar o futuro (Participante A, 2020. Informação verbal).

De acordo com a fala dos participantes pode se observar a organização dos agricultores frente às políticas públicas. As ações do PTC são direcionadas ao fortalecimento da agricultura familiar. O PTC é conhecido e difundido entre os agricultores, todos relataram conhecer pessoas que participam ou conhecem o programa.

Quando perguntado se caso o programa deixasse de existir, se a vida deles e da família seria afetada, responderam:

Claro que vai, mas a gente não vai deixar de produzir por causa disso. Mas que vai mudar vai. A gente vai sentir falta (Participante Ps, 2020. Informação verbal).

A saudade sempre fica né, tudo o que é bom é fácil de sentir saudade. Mas a gente vai fazer força pra não deixar acabar esse projeto. Se ele acabar

vamos sentar um grupo de produtor e tentar com as lideranças um projeto ainda melhor (Participante Pv, 2020. Informação verbal).

Vai fazer falta porque a gente já ta acostumado com ele, se chegar a acabar a gente vai sentir falta dele (Participante P2, 2020. Informação verbal).

No geral, ao relatarem sobre os impactos de uma possível extinção do programa, afirmam que a vida deles enquanto produtores de alimentos serão prejudicados, pois o programa permite maior produção e parte de mão de obra que é feita com os tratores, ações advindas do poder público.

5.4 A sucessão e a permanência dos jovens no rural

Sobre a possibilidade dos filhos ou algum filho fazer a sucessão da terra, as respostas variam quando questionados. Para alguns é possível e já estão incentivando os filhos para a sucessão. Já para outros, não será possível, em alguns casos declararam que os filhos não moram ou não tem interesse em assumir a terra que hoje ocupam.

O meu menino, ele já trabalha né, já toma a frente (Participante Pu, 2020. Informação verbal).

Eu tenho preparado os meus lá. Ensinando eles a plantar, a fazer adubação, já sabem o que é adubação, o calcário. Mostrei a análise de solo pra eles, Os nutrientes que a terra tem que ter. Eles estão se preparando (Participante Pj, 2020. Informação verbal).

To treinando eles pra fazer o que eu faço na terra, não sei se vão seguir. Mas estou ensinando eles (Participante Ps, 2020. Informação verbal).

O meu filho mais velho já está trabalhando lá na rua. Ele precisa né, ta grande. Já não planto mais arroz, se não vigiar a roça, não colhe. Antes eles eram menores e vigiavam a roça. A tendência é de eles arrumar alguma coisa lá na cidade mesmo. (Participante M, 2020. Informação verbal)

Eu tenho vontade que a minha terrinha continue a ser zelada. Gosto muito do meu cantinho. Mas o meu filho ir pra lá não sei. Ele mora na rua (Participante Z, 2020. Informação verbal).

As falas remetem as pesquisas de Carneiro, Guedes-Bruni e Leite (2009); Bonnal, Cazella e Maluf (2008), sobre o desafio de inserir as políticas públicas de desenvolvimento rural. Tais políticas devem ser conjuntas, que vão além de políticas agrícolas, mas que também considerem a legislação trabalhista, moradia, lazer e meio ambiente, inserindo os jovens do rural e, assim, permitam a permanência destes no rural. A partir das observações foi possível perceber que todos gostam de trabalhar a terra, e que se sentem bem fazendo o que fazem.

5.5 Os impactos da pandemia do COVID-19

Sobre o período da pandemia a Covid-19, as respostas demonstram a preocupação com o futuro. Os agricultores relataram suas aflições sobre a produção, no sentido de impossibilidade de investimento nas atividades que exercem e conseqüentemente na melhoria da renda. Já que há na agricultura familiar divergências intrínsecas e estas culminam com diferenças no acesso às políticas públicas, dos mercados e tecnologias, configurando-a em fruto da diversidade desta categoria.

A mulher ia pra feira e vendia as coisas. Aqui a gente não tem gado. É tudo do cultivo da horta e frutas. Mas como tava tendo bastante coisa, eu fui lá à rua e fiz negócio no jiló, em um mercadinho lá do centro, quero continuar entregando. Estou esperando me ligarem de novo. O resto das coisas estou saindo aqui no assentamento e vendendo. O pessoal pegou o auxílio e aí eu vendo. Também não tem como ir pra feira, não tem transporte e também não queremos arriscar a nossa saúde (Participante G, 2020. Informação verbal)

Antes dessa pandemia eu vendia era muita farinha na feira, além de tirar pra comer em casa, a gente come muita farinha. Só que agora, nunca mais fui vender na feira. Às vezes vem gente aqui comprar, aí eu vendo (Participante M, 2020. Informação verbal)

Fiz uma venda boa de banana pra merenda escolar, agora depois dessa pandemia não sei como vai ficar (Participante T, 2020. Informação verbal)

A mulher ficou 03 meses sem ir à rua. Ela nunca tinha faltado uma feira. Mas com essa pandemia que está aí e a gente não vê o vírus, tá difícil voltar. Ela sempre levava doce, ovos, frango pra vender, agora só fala que está sentindo saudade da feira. Mas diz que está dando pouca gente, tá todo mundo com medo (Participante A, 2020. Informação verbal)

Eu fiquei doente, veio a pandemia e aí não teve como eu ir pra feira mais. Eu vendia lá e às vezes em supermercado também. Levava tudo arrumado. Tinha transporte pra gente, agora não pode mais aglomerar (Participante L, 2020. Informação verbal)

Entende-se que no momento faz-se necessário a urgência de políticas públicas para enfrentar os efeitos sociais causados pela pandemia. Tais políticas públicas devem planejar ações articuladas, com efeitos imediatos e de médio e longo prazo direcionadas para o combate à fome e insegurança alimentar e nutricional, principalmente para populações mais vulneráveis.

Era pra gente ta com uma roça de abobra, era negócio certo, tinha comprador, a terra foi arada, só que a semente é muito cara e faltou dinheiro. Não tive o dinheiro de comprar a semente, é cara demais (Participante T, 2020. Informação verbal).

Para produzir eu tinha que colocar sombrite, mas é caro, não tenho dinheiro pra comprar, Aí eu larguei. Dava uns cachos bons, a mulher até chegou a vender na feira algumas vezes (Participante G, 2020. Informação verbal)

Não tenho triturador para triturar a mandioca, no ralo não vai não, ainda não tive dinheiro para comprar. Mas o meu irmão comprou e ele me empresta (Participante M, 2020. Informação verbal).

Cabe mencionar que antes do encerramento das pesquisas alguns agricultores informaram que estão criando peixe por intermédio de um projeto da Secretaria Estadual de Agricultura (SEAGRO). Tal projeto reúne os agricultores familiares com interesse em comprar alevinos e produzir para subsistência familiar. Nesse caso, o projeto reúne um grupo de agricultores que adquirem os alevinos de forma coletiva, com preço menor. Como contrapartida, a Secretaria Municipal de Agricultura subsidia o serviço de retroescavadeira com preço abaixo do mercado, para os interessados em piscicultura, faz o transporte e a entrega nas propriedades dos agricultores, assim como o serviço de assistência técnica.

As associações e grupos formados anteriormente possibilitaram a criação de peixes em doze assentamentos do município. Mas atualmente são seis assentamentos com a atividade em curso: PA 700, Haras Suécia, Belenzinho, Cocal, União e Pé do Morro.

5.6 Convergências entre a PNSAN e o PTC

Os resultados apresentados até o momento abordam segurança alimentar e nutricional que remetem ao direito, assim como os demais expressos na Carta Magna, e não apenas saciar a fome, mas que os alimentos sejam acessíveis e forneça os nutrientes para alimentar e promover saúde, em quantidade e qualidade

suficientes.

Nesse sentido, o PTC vem propor a adoção de uma política pública de produção de alimentos, aumentando o consumo destes para quem produz, para demandas de escolas públicas do município e demanda espontânea da comunidade local. E em consonância com a legislação determinada nos textos constitucionais direcionados às políticas de segurança alimentar e nutricional. Diante do exposto no quadro 2 (dois) apresenta-se um comparativo entre a PNSAN e o PTC.

Quadro 2 - Convergências entre PNSAN e PTC

Metas do SISA E PNSAN - Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.	Metas PTC - Lei municipal nº 168, de 14 de agosto de 2013
No seu artigo 2º : alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente a dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na constituição federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população	Estabelece em seu parágrafo único: O Programa visa busca o fortalecimento da agricultura familiar do município, pautado na base ecológica de caráter sustentável, do progresso social, apoio às ações específicas voltadas para o desenvolvimento rural, sustentável, melhoria da qualidade de vida e valorização da cidadania, tendo em vista o desenvolvimento sócio econômico e a valorização do homem do campo.
Parágrafo 1º a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo – se a água, bem como a geração de emprego e da redistribuição de renda;	Artigo 6º, parágrafo 1º, para fins de inclusão no Programa, cooperação e parceria, deverão ser respeitados as seguintes normas e preceitos: a) comercializar o excedente na feira municipal, comercializar produtos hortifrutigranjeiros nas escolas municipais, estaduais, creches e cozinhas comunitárias, APAES, Pastoral da Criança e o PAA, em conformidade com o cardápio estabelecido via CONSEA.
No inciso 1º: A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais.	Artigo 3º: Promover a prestação de serviços com horas máquinas subsidiadas para a produção intensiva de alimentos hortifrutigranjeiros, de forma prioritária e diretamente para os pequenos produtores e agricultores familiares locais;
Decreto nº 7.272, artigo 4º, parágrafo 3º: Promover sistemas sustentáveis de base agroecológica, de produção e distribuição de alimentos que respeitem a biodiversidade e fortaleçam a agricultura familiar, os povos indígenas, as comunidades tradicionais e que assegurem o consumo e o acesso a alimentação adequada e saudável, respeitada a diversidade da cultura alimentar nacional;	Artigo 6º para inclusão no Programa, letra C - Participar de capacitações, oficinas e demais atividades de integração promovidas pela Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo; Letra d – Ter reserva legal demarcada e preservada na propriedade ou fazer parte de reserva coletiva averbada; letra e – Ter as AAPPs preservadas ou com projetos de recuperação e reflorestamento.

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Considerando a legislação nacional da Lei nº 11.346 e o Decreto nº 7.272, de 2010, nota-se significativas propostas convergentes com o PTC, com os objetivos da PNSAN de promover a segurança alimentar e nutricional, a oferta de serviços para atendimento aos pequenos produtores e agricultores familiares locais, além de fomentar a produção de alimentos e ampliar as condições de acesso, o respeito à biodiversidade com o uso adequado do solo e preservação das áreas de reserva.

Os resultados apresentados nesta pesquisa consideraram o tema segurança alimentar e nutricional remetendo a um direito, assim como os demais expressos na Carta Magna. E não apenas saciar a fome, outro fato é o de que os alimentos sejam acessíveis e forneça os nutrientes para alimentar e promover saúde, em quantidade e qualidade suficientes. As mesmas similaridades foram encontradas no trabalho de Belik (2003), como também de outros autores referenciados até aqui. Reconhecemos que a pobreza corresponde à condição de não satisfação de necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação, assistência à saúde, entre várias outras coisas, mas a questão da alimentação é condição mínima de subsistência.

E sobre a questão de insegurança alimentar e nutricional, com o retorno do Brasil ao mapa da fome, acredita-se que o Estado deve desempenhar o papel de incentivador e implementar programas que estendam este direito e não o contrário. Assim como Buainain e Garcia (2013), os resultados deste trabalho demonstram que as políticas de transferência de renda consistem em melhoria do bem-estar de pequenos agricultores e na aplicação de estratégias para amenizar a pobreza e como viés para contribuir com a produção agrícola.

Mas, de acordo com Grisa e Niederle (2020), o governo investe e acredita no agronegócio. No entanto, é a agricultura familiar que produz alimentos, mas nos projetos políticos atuais são excluídos dos programas de inclusão produtiva e dos mercados. É importante alertar para a urgente necessidade de políticas públicas para enfrentar os efeitos sociais causados pela pandemia. Ainda em conformidade com Grisa e Niederle (2020), devem ser planejadas ações articuladas, com efeitos imediatos e outras com efeitos de médio e longo prazo direcionadas para o combate à fome e insegurança alimentar e nutricional, principalmente para populações mais vulneráveis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar e compreender o papel de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no município de Couto Magalhães. Foi possível demonstrar suas contribuições, avanços e retrocessos na produção de alimentos e geração de renda para os agricultores familiares assentados em PAs no referido município e região.

Respondendo às questões de investigação, sobre o alcance dos objetivos do PTC em combater a insegurança alimentar e nutricional no município de Couto Magalhães, cabe reconhecer que a importância da agricultura familiar se dá pela preservação dos alimentos tradicionais, por estar intrinsecamente ligada à segurança alimentar e nutricional, em promover o desenvolvimento local sustentável, além de ser uma alternativa de geração de renda.

Tais aspectos foram considerados na elaboração e execução do PTC quando propôs e adotou uma política pública local de valorização dos alimentos de origem da agricultura familiar. Dessa forma, a avaliação é que o programa atendeu às escolas públicas municipais, por meio do PNAE e a demanda da comunidade local. Portanto, o PTC está em consonância com a legislação vigente e atende à política de segurança alimentar e nutricional. No decorrer do desenvolvimento da pesquisa observou - se a importância do Programa Tuia Cheia para produção de alimentos e garantia de segurança alimentar. Sendo assim, é importante considerar o protagonismo dos agricultores para a continuidade do programa, já que o programa tem o público alvo bem definido: os agricultores familiares assentados da região.

Sobre a avaliação do programa pelos beneficiários, os resultados alcançados permitem avaliar que a produção familiar tem se destinado ao consumo da família e, ainda, ocorre a venda do excedente, de produtos como a banana, o arroz, a mandioca e outros, seja para o mercado local ou para compras institucionais, como por exemplo, o PNAE e PAA. A feira municipal foi revelada como importante ponto de comercialização dos produtos da agricultura familiar, além dos supermercados locais e outras vendas em municípios vizinhos. Porém, a pandemia do Covid-19 tem criado obstáculos para os agricultores alcançarem os mercados, tanto institucional, quanto privado.

Diante de tais fatos considera-se a necessidade de fazer um levantamento de

metas de produção junto a Secretaria Municipal de Agricultura visando a diversificação da produção, assim como ações de estímulo à produção agroecológica e orgânica, buscando alternativas de mercado que insiram os agricultores da região.

Sobre a situação observada durante a pesquisa de campo nos PAs de Couto Magalhães, percebe-se que, apesar da assistência dada pelo poder público local, os agricultores ainda enfrentam muitos desafios que vão desde a questão fundiária agrária, até o acesso aos recursos naturais como a água, tecnologias, entre outros. Dessa forma entende-se que a política de segurança alimentar e nutricional é o principal instrumento capaz de mudar a realidade dos que vivem a insegurança alimentar e nutricional na região de Couto Magalhães.

E, para concluir, é apresentado no apêndice, como produto da pesquisa vinculada ao mestrado profissional em Gestão de Políticas Públicas, a proposta de reestruturação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e a proposta de implementação do projeto Farmácia Viva, em parceria com o governo estadual e o Ministério da Saúde no município.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Anticapitalismo e inserção social dos mercados. **Tempo social**, v. 21, n. 1, p. 65-77, 2009.

ALVES, E. Quem ganhou e quem perdeu com a modernização da agricultura. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 39, n. 3, p. 9-39, jul./set., 2001.

AMORIM, S.; BOULLOSA, R. F. O estudo dos instrumentos de políticas públicas: uma agenda em aberto para experiências de migração de escala. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 2, n. 1, 2013.

AZEVEDO, F. F.; PESSÔA, V. L. S. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: Uma análise sobre a situação regional e setorial dos recursos. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, ano 23 n. 3, 483-496, set/dez. 2011.

BANCO MUNDIAL. **Brasil**: the management of agriculture, rural development e natural resources. Report nº 11783 – BR, v. 1, 1994.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde soc.** V. 12, 2003.

BONNAL, P.; CAZELLA, A. A., MALUF, R. S. J. Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques. **Estudo Sociedade e Agricultura**. (UFRJ), Ano 16, v. 2, p. 185 – 227, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). **II Conferencia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**, 17 – 20 março, 2004. Brasília: Consea; 2004.

BRASIL. **Decreto nº1.366**, 12 de janeiro de 1995. Dispõe sobre o programa Comunidade Solidária e das outras providencias, 13 de janeiro 1995.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Alimentação Escolar**, histórico . Brasília: FNDE, 2009.

BRASIL. **Lei federal n. 8666**, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e dá outras providencias, 1993.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, setembro de 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Diário Oficial da União. 18 set. 2006. [internet]. [Acesso em 15. janeiro. 2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em 04/jun/2020.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Artigo 25º: Direito a Saúde, Bem Estar e Segurança**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/dezembro/artigo-25deg-direito-a-saude-bem-estar-e-seguranca>. Acesso em: 16 de Nov 2019

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção Básica e a Saúde da Família**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://dab.saude.gov.br/abnumeros.php>>. Acesso em 15 de nov.20.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Brasil Agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo**. Brasília: 2016.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. **Pobreza rural e desenvolvimento do semiárido nordestino: resistência, reprodução e transformação**. A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e questão regional. Brasília, DF: IICA, p. 217 – 235, 2013.

CANÇADO, A. C; PEREIRA, J. R. TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: epistemologia de um paradigma**. 2 ed. Curitiba-: CRV, 2015.

CAPORAL, F. R. **La extesión agrária del sector publico ante los desafios del desarrollo sostenible: El Caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. Instituto de Sociologia y Estudios Campesinos (Tesis Doctoral) – Curso de Pós-Graduação em Agroecologia, Campesinato e História, Universidade de Córdoba, España, 1998.

CAPORAL, F. R. Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: TAVARES, J. R.; RAMOS, L. (org.). **Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico**. Manaus: Idam, 2006.

CARNEIRO, Maria José; GUEDES-BRUNI, Rejan R.; LEITE, Sérgio Pereira. Conhecimento científico e políticas públicas: mobilização e apropriação do saber em medidas de conservação da Mata Atlântica. **Estudos sociedade e agricultura**, 2009.

CARNEIRO, S. M. L.: **Depoimento** (jun – 2020). Entrevistadora: C. Ines Damásio e Silva. Palmas UFT: 2020. Entrevista concedida para a pesquisa de dissertação de mestrado Profissional Gestão em Políticas Públicas.

CARVALHO, D. G. Licitações sustentáveis, alimentação escolar e desenvolvimento regional: uma discussão sobre o poder de compra governamental a favor da sustentabilidade. **Planejamento e Políticas Públicas**. V.1. n. 32, 2009.

CARVALHO, G. S; PEDROSO NETO, A. J. O Programa de Aquisição de Alimentos no Tocantins: as condições sociais de realização de mercados com práticas de acesso individuais e coletivas. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 258-276, 2016.

CASTRO, C. N; PEREIRA, C. N. **Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de Ater**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

CASTRO, J. A. de; OLIVEIRA, M. G. de. Políticas públicas e desenvolvimento. P. 20 – 48. In: MADEIRA, Lígia Mori (org.). **Avaliação de políticas públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, p. 254, 2014.

CASTRO, J. **Geografia da fome**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

CASTRO, J. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro (RJ). O cruzeiro, 1946.

CASTRO, J. **Geopolítica da fome**. 6 ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1961.

CONSEA. Alimentação e educação nutricional nas escolas e creches. In: **Conferência Nacional de Segurança Alimentar**, 2. ed., 2004, Olinda. Relatório final. Olinda, 2004. Disponível em: Acesso em: 05 de maio de 2020.

CORDEIRO, A. **Resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): a perspectiva dos beneficiários**. Brasília: CONAB, 2007.

COUTO MAGALHÃES, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. **Boletim epidemiológico diário Nº 06/2020**. Couto Magalhães, TO. 2020.

CUSTÓDIO, M.B. **Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Arranjo Institucional e Alocação de Recursos [tese]**. São Paulo: Programa Interunidades em Nutrição Humana Aplicada, Universidade de São Paulo; 2009.

DELGADO, N. G; GRISA, C. Institucionalidades, governança e projetos territoriais na política de desenvolvimento rural no Brasil. In: LEITE, Sergio Pereira. **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil**. Brasília: IICA. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 2013, v. 19, p.239-288.

DIAS, M. M. As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) face ao difusismo. **Revista Oikos**, Viçosa, 2007

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DIEGUES, G. C. A construção da participação social na gestão das políticas públicas: O protagonismo do governo local no Brasil. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 4, n 4, 2012.

DUARTE, J.; CASTRO, A. M. G. **Comunicação e tecnologia na cadeia produtiva da soja em Mato Grosso**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

DUARTE, T. **A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica)** 2009.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Visão 2014 – 2034: O futuro do desenvolvimento tecnológico da agricultura brasileira: síntese**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 53 p. disponível em <<https://www.embrapa.br/visao/o-futuro-da-agricultura-brasileira>> Acesso em: 26 de Nov.2019.

ESCODA, M.S.Q. **Investimento no capital humano: Uma análise da política de nutrição – RN; Projeto Rio Grande do Norte; CNPq/FUNPEC, ano II, nº 2 e 3, 05/1983**.

ESQUERDO, V. F. S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p.205-222, 2014.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; AND WHO. **The state of food security and nutrition in the world 2018**. Building climate resilience for food security and nutrition;[accessed 2018 Mar 26], 2018.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa**: coleção pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Bookmam. 2009.

FONSECA, M. T. S. **A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Edições Loyola, Coleção Educação Popular no 3, 1985, 192 p.

GARAGORRY, F. L.; QUIRINO, T. R.; SOUZA, C. P. de. **Diagnóstico sócio técnico da agropecuária brasileira II estabelecimentos**. Brasília: Embrapa Informação tecnológica, 2002.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GOMES, C. M. P.; CAZELLA, A. A.; BÚRIGO, F. L.; SENCÉBÉ, Y. **Crédito Fundiário no Brasil**: instrumento de ordenamento fundiário. V. 01. Porto Alegre, RS: 2015

GRISA, C. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**: produção e institucionalização das ideias. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, 2012.

GRISA, C.; NIEDERLE, P. É urgente inovar nas políticas alimentares fortalecendo a agricultura familiar. **Opinião pública**, 2020.

GRISA, C; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 125-146, 2014

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 45, n. 02, p. 301 – 328, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **As entidades de Assistência Social Privadas sem fins lucrativos no Brasil – 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatística/economia/peãs/2006/assistencial_social_privada2006.pdf. Acesso em 15 de Nov.2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo de 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/couto-magalhaes/panorama>. acesso em:15 de Set. 2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de**

Informações Básicas Municipais – 2013. Perfil dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 2014 Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatística/economia/perfilmunic/2013/default.shtm>. Acesso em: 16 de Nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios:** Segurança Alimentar, 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** Segurança Alimentar, 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Resultados dos Dados Preliminares do Censo.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) **Assentamentos**, s/d. Disponível em < <https://www.incra.gov.br/> > acesso em:15 de Set. 2019

LAKATOS, E M; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LASWELL, H. D. **Politics:** Who Gets What, When, How. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

MACIEL, J. P. **Depoimento** (jun – 2020). Entrevistadora: C. Ines Damásio e Silva. Palmas UFT: 2020. Entrevista concedida para a pesquisa de dissertação de mestrado Profissional Gestão em Políticas Públicas.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. L. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate**, 4: 66-88, 1996.

MANIGLIA, E. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar.** São Paulo: UNESP, 2009.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7 ed. Atlas, 2008.

MARQUES, P. E. M. **Concepção concorrentes em torno das políticas públicas de apoio á agricultura familiar:** uma releitura sobre a construção do PRONAF. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 42, 2004, Cuiabá – MT.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATTEI, F. L. Políticas sociais de enfrentamento da pobreza na América Latina: uma análise comparada entre Brasil e Argentina. **Revista Katálysis**, v. 18, n. 2, p. 222-230, 2015

McMICHAEL, P. **Food regimes and agrarian questions**. Halifax, NS: Fernwood, 2013.

MENEZES F. Participação Social ao Fome Zero: A experiência do Consea. In: GRAZIANO DA SILVA, J.; DELGROSSI, M. E. Franças, C, G; **Fome Zero: A experiência brasileira**. Brasília (DF), 2010.

MIELITZ NETTO, C.G.A. Agricultura familiar no contexto das políticas públicas brasileiras. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G. **Las agriculturas familiares del Mercosur: trayectorias, amenazas y desafíos**. Buenos Aires: CICCUS, 2010, p. 61-77.

MONTEIRO, C. A. A dimensão da pobreza, da desnutrição e de fome no Brasil. **Revista de estudos avançados**. V. 17, n. 48, São Paulo, 2003.

MULLER, P. **Les Politiques Publiques**, Paris, Presses Universitaires de France, 5^{ème} édition mise en jour 2003.

MULLER, P.A.; F. FLEUREY; J.-M. JÉZÉQUEL. **“Weaving executability into object-oriented meta-languages”**. International Conference on Model Driven Engineering Languages and Systems. Springer, Berlin, Heidelberg, 2005.

PAES-SOUSA, R. Políticas Sociais e Desigualdade no Brasil. MADEIRA, Ligia Mori. **Avaliação de políticas públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

PAIVA, C. A. **O que são sistemas locais de produção**, 2002. Disponível em: <http://WWW.fee.tche.br/eeg/artigos/mesa%2020Paiva.doc>. Acesso em: 26 de Nov.2019.

PEIXINHO, A. M. L. **Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar–PNAE**. São Paulo, p. 133, 2011.

PEIXOTO, M. Mudanças e desafios da extensão rural no Brasil e no mundo. In: BUAINAIN, A. M. et al. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: Embrapa, 2014.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 63-84, 2014.

PNUD, Brasil. **País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras**. Oxfam Brasil, 2018.

RAMBO, J. R. **Políticas públicas de extensão rural no Brasil contemporâneo: avanços e desafios à construção do desenvolvimento rural sustentável nos estados de Minas Gerais e Mato Grosso**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 53., João Pessoa, 2015.

REZENDE, M. J. de. As noções de desenvolvimento social como base para a abordagem do desenvolvimento humano presente no Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) de 1990. **Ensaio FEE** 34.1, 2013.

RODRIGUES, W. C. **Metodologia Científica**. FAETEC/CLIST, 2007.

ROS, C. A. Genese, desenvolvimento, crise e reformas nos serviços públicos de extensão rural, na década de 1990. **Mundo agrário, La Plata**. v.13, n. 25, 2012.

SABOURIN, E.; SAMPER, M.; SOTOMAYOR, O. Políticas públicas e agriculturas familiares em América Latina y El Caribe: **nuevas perspectivas**, 2015.

SANTOS, J. C; BERALDO, K. A.; SILVA, L. P. A institucionalização da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Tocantins. **Revista Humanidades e inovação**. V. 07, n. 14 – 2020.

SAUER, S. “Reforma Agrária de Mercado no Brasil”: um sonho que virou dívida. **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**, RJ, v. 1, p. 98 – 126 – 2010.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF. In: **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: UFRGS, p. 21-50, 2004.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 12-32, 2011.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de aquisição de alimentos. In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (org.). **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. Brasília; MDS/ Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, p. 114 – 151, 2014.

SILVA, J. G. da. O Progresso Técnico na Agricultura. In: SILVA, J. G. da. **Tecnologia & Agricultura Familiar**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 13-50.

SILVA, J. G.; BELIK, W. TAKAGI, M. **Projeto Fome Zero**. São Paulo: Instituto da Cidadania, 2001.

SILVA, U. F. **Depoimento** (jul – 2020). Entrevistadora: C. Ines Damásio e Silva. Palmas UFT: 2020. Entrevista concedida para a pesquisa de dissertação de mestrado Profissional Gestão em Políticas Públicas.

SOUSA, D. N. O que se entende por inclusão produtiva dos agricultores familiares? Um estudo de revisão bibliométrica. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v.36, p.1-13, 2019.

SOUSA, D. N. Quilombolas e indígenas: análise dos públicos da agricultura familiar excluídos das políticas públicas em uma região da Amazônia legal. **Humanidades & Inovação**, v. 7, p. 405-416, 2020.

SOUSA, D. N; KATO, H. C. A; COSTA, M. S; MILAGRES, C. S. F. Situação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (Atepa) no estado do Tocantins. **Revista Interface**, Porto Nacional, v. 13, p. 21-36, 2018.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, v. 8, n.16, p.20-45, jul./dez. 2006.

VILELA, S. L. O. **Qual política para o campo brasileiro?** (Do Banco Mundial ao Pronaf: a trajetória de um novo modelo?). Apresentado no XXXV Congresso da SOBER, 1997, Natal-RN.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZIMMERMANN, S. A.; A. P. Ferreira. El programa de adquisición de alimentos de la agricultura familiar em Mirandiba-PE. In: SCOTTO, G. **Aun hay tiempo para el sol:** pobreza rurales y programas sociales. Rio de Janeiro: Actionaid, 2008.

APÊNDICE A – PRODUTO DA PESQUISA

Projeto Farmácia Viva no município de Couto Magalhães – TO

1 – APRESENTAÇÃO

O Programa Farmácia Viva consiste em um programa de fornecimento de medicamentos em que a composição predominante é proveniente de plantas medicinais. Sendo utilizada para uso no tratamento de diversas enfermidades.

Tendo em vista a necessidade de ampliar o conhecimento sobre o referido programa, este projeto visa levar às autoridades do município a proposta do programa para o cultivo de ervas medicinais. Para distribuição gratuita assim como os medicamentos sintéticos disponibilizados pelo SUS na farmácia básica do município.

Faz se necessário redirecionar as ações do poder público e levar à população (aos usuários do SUS) a oferta de medicamentos naturais e estes serão cultivados pelo próprio município. Sendo vital para levar às pessoas a melhoria de hábitos saudáveis ao tratar da própria saúde ao passo que colabora com ações de incentivo a preservação e a valorização dos recursos naturais.

Este projeto tem como eixo norteador a Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos, que tem como objetivo ações de saúde pública, desenvolvimento econômico e social, transversalidade e meio ambiente. Em função de promover melhor qualidade de vida à população.

Para tanto, este consiste em um instrumento a ser coerente com a realidade da oferta do serviço municipal de atendimento e importante na possibilidade de incentivar práticas saudáveis de ingestão de medicamentos e o cuidado com a saúde humana, física e mental ao provocar a reflexão sobre os costumes e hábitos desenvolvidos e praticados pelo ser humano.

Sendo assim, propor práticas sustentáveis contribui em sensibilizar o consumo racional e consciente e o resgate de costumes e hábitos tradicionais muito praticados pelos povos antigos e pouco evidentes atualmente.

2 – OBJETIVOS

GERAL

Implementar um viveiro de plantas medicinais para fornecer ao Sistema Único de Saúde plantas medicinais em tratamento terapêutico no município de Couto Magalhães.

ESPECÍFICOS

- a) estimular o uso de plantas medicinais no combate e controle de doenças;
- b) promover a disseminação de práticas consciente de saúde;
- c) proporcionar reflexão sobre medicamentos e alimentos naturais;
- d) resgatar costumes culturais a partir do uso de plantas;
- e) disponibilizar alternativas de medicamentos na farmácia básica do município.

3 – REFERENCIAL TEÓRICO

A utilização das plantas a fim de curar doenças faz parte história das civilizações e culturas antigas (SAAD, 2009). No entanto, com características próprias de cada civilização e povos no preparo destas para serem usadas.

Conforme Edler (2010), as plantas medicinais no Brasil Colônia eram utilizadas pelos indígenas e em seguida pelos europeus e escravos africanos. Pois na época quase não existiam profissionais médicos no país. Desta forma os europeus recorriam às práticas curativas indígenas ou africanas.

Mas com a vinda da Corte Portuguesa e a criação das primeiras faculdades no século XIX, o Estado regulamenta o uso da medicina e reage contra as práticas da medicina popular, tendo como documento o código Penal de 1890 (EDLER, 2010).

(...) “sancionava a perseguição aos terapeutas populares, criminalizando as práticas do espiritismo, da magia e seus sortilégios, do uso de talismãs e das cartomancias, desde que empregadas para inculcar cura das moléstias curáveis e incuráveis”.

Para o Estado as organizações médicas eram institucionalmente legalizadas e únicos com poder de tratar sobre saúde. Este passou a desempenhar um papel centralizador e defender a atuação médica e a prescrição de medicamentos por

estarem pautadas em estudos científicos.

Segundo Veiga (2002), Gabriel Soares de Souza fez a primeira descrição das plantas em 1587, descrito em Tratado Descritivo no Brasil. Neste continham os produtos medicinais usados pelos índios.

A partir do século XX a utilização das plantas medicinais no Brasil sofreu as consequências da industrialização, do aumento da população urbana, a qual teve maior acesso a medicamentos sintéticos. Outro fator consiste na falta de comprovação científica, do poder de cura das plantas e a associação do uso das mesmas ao charlatanismo. Estas questões fizeram seu uso reduzir. O mesmo ocorreu em outros países, principalmente em virtude da crescente urbanização (LORENZI; MATOS, 2008).

Conforme a ANVISA (2008), a etimologia da palavra farmácia vem do grego *pharmakon*, denominada na Grécia Antiga como substância capaz de provocar transformações tanto boa quanto mal.

O Programa Farmácia Viva consiste no uso de plantas medicinais para o tratamento de diversas enfermidades. Onde o conhecimento empírico é atribuído ao conhecimento científico. Ou seja, torna ambos relevantes e indissociado um do outro.

O Programa Farmácia Viva foi implantado inicialmente no estado do Ceará, pela Universidade Federal do Ceará. Pelo professor Francisco José de Abreu Matos. Na época foi criado como projeto, devido às condições de acesso a serviços de saúde que eram precários na região nordeste do Brasil. (BRASIL, 2012).

Conforme os estudos de Brasil (2009), Silva, Gondim, Nunes E Sousa (2006) e Matos (2006), o projeto inicial buscou aliar o conhecimento popular sobre o uso das plantas, com o conhecimento científico para suprir o acesso e abastecimento de medicamentos principalmente pela população carente. Pois poucos dispunham ao direito a saúde ou até mesmo por não disporem de serviços de saúde. Sendo desempenhado pelo projeto a possibilidade de assistência social farmacêutica.

Este projeto tornou – se relevante dentro da política de saúde, expandiu por toda a região nordeste e em seguida tornou – se modelo para todo o país. Em 2010 por meio da portaria n ° 886, de 20 de abril foi aprovado o Farmácia Viva no Sistema Único de Saúde. E a resolução RDC n° 18, de 03 abril de 2013, aprova a norma de definição de boas práticas de processamento, armazenamento e produção de fitoterápicos e plantas medicinais.

Conforme o Programa Nacional de Plantas e Medicamentos Fitoterápicos (2009) a Política Nacional de Plantas Medicinais e fitoterápicos é aprovada pelo governo federal conforme estabelecida no Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006, tida como política pública de saúde, desenvolvimento econômico e social, meio ambiente e transversalidade em função de promover melhor qualidade de vida para a população.

Ainda conforme o Programa Nacional de Plantas e Medicamentos Fitoterápicos (2009), o programa desenvolve ações diversas as quais possibilitam facilidade de acesso da população a plantas medicinais e fitoterápicos, ao desenvolvimento industrial e tecnológico, à segurança alimentar e nutricional, à promoção da inclusão social e regional, ao reconhecimento dos saberes tradicionais de povos e comunidades e ao incentivo à preservação da biodiversidade brasileira.

A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos visa “garantir à população o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional”.

Os produtos oferecidos nas Farmácias Vivas devem passar por inspeção, ter registro e recomendações feitas pelo Ministério da Saúde e ANVISA, estes são órgãos fiscalizadores das normas e leis vigentes sobre estes produtos (BRASIL, 2010).

A Farmácia Viva ao orientar a população sobre o uso dos medicamentos fitoterápicos com as plantas aproxima as pessoas sobre os cuidados com os vegetais, a saúde, a natureza e o bem-estar e conhecimento.

4 – METODOLOGIA

O projeto será dividido em quatro fases, sendo a primeira a apresentação do Programa ao gestor municipal e ao secretário de saúde, para colocar a importância do programa. Em seguida uma reunião mais abrangente com a participação dos profissionais de saúde e conselho municipal de saúde para apresentação, mostrar a importância do projeto e tirar dúvidas.

Na terceira fase será realizada reunião com os agentes comunitários de saúde para possível levantamento das plantas medicinais mais utilizadas pelos moradores do município.

E na última e quarta fase será feita visita no Viveiro Municipal de Mudanças e na Farmácia Municipal de Medicamentos, tendo em vista que são ambientes de grande importância para o desenvolvimento do referido programa.

5 – MATERIAL

Despesas					
Nº do Item	Quant.	Un. De medida	Descrição do item	Valor Unitário	Valor Total
1.	01	Pc	Papel A4 c/ 100 folhas	R\$ 4,50	R\$ 4,50
2.	01	Cx	Canetas	R\$ 53,00	R\$ 53,00
3.	01	Um	Notebook	R\$ 2.600,00	R\$ 2.600,00
4.	01	Um	Data Show	R\$ 2.650,00	R\$ 2.650,00
5	02	Um	Kit para jardim	R\$ 15,99	R\$ 31,98
6	01	Um	Tesoura para plantas	R\$ 25,00	R\$ 25,00
7	10	M	Esterco animal	R\$ 100,00	R\$ 100,00
8	02	Kg	Embalagem saco para mudas 15/25	R\$ 25,00	R\$ 50,00
9	02	Kg	Embalagem transparente 10/15 <small>saco</small>	R\$ 21,00	R\$ 42,00
Custeio			Total Geral		R\$ 8.725,00

REFERENCIAS

ARAUJO, Revista Superinteressante, Práticas Integrativas e Complementares. Edição especial, 2014.

ANVISA, A informação é o melhor remédio, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, GPROP – Gerência de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, de Publicidade, de Promoção e de Informação de Produtos sujeitos à Vigilância Sanitária, 2008.

BRASIL, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Farmacopeia Brasileira, volume 2 / Brasília, DF: ANVISA, 2010. 546p.

BRASIL. Práticas integrativas e complementares: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica. In: DAB, editor. Brasília: Ministério da Saúde; 2012. p. 156.

VEIGA J.V.F.; PINTO A.C. O; GÊNERO, Copaifera L. **Química Nova**, v. 25, n. 2, p. 273- 286, 2002.

LORENZI, H.; MATOS, F. J. A. Plantas Medicinais no Brasil: nativas e exóticas. 2. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2008.

Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Relatório do 1º Seminário Internacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2009.

Ministério de Saúde, Portaria nº 886, de 20 de abril de 2010, Institui a Farmácia Viva no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), Diário Oficial da União; Brasília, DF, 22 abr. Seção I, p. 75. 2010.

Matos FAJ. O projeto farmácias-vivas e a fitoterapia no nordeste do Brasil. Revista de Ciências Agroveterinárias. 2006; 5(1): 24-32.

EDLER, F. C. Saber médico e poder profissional: do contexto luso-brasileiro ao Brasil imperial. In: PONTE, C. F.; FALLEIROS, I. Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. 337 p. ilus. tab.

SAAD, G.A. et al. **Fitoterapia contemporânea: tradição e ciência na prática clínica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009, 402p.

Silva MIG, Gondim APS, Nunes IFS, Sousa FCF. Utilização de fitoterápicos nas unidades básicas de atenção à saúde da família no município de Maracanaú (CE). Revista Brasileira de Farmacognosia. 2006; 16(4): 455-62

ANEXO A – ATA DE REESTRUTURAÇÃO DO COMSEA

Ata de Reunião do Conselho Municipal de Segurança Alimentar COMSEA, realizada no primeiro dia do mês de setembro de 2020, as 08:00hs, no Espaço de Apoio à Educação Integral nesta cidade. Reuniram-se os conselheiros para discutir sobre a seguinte pauta: Reestruturação do COMSEA. A secretária Municipal de Assistência Social: Cristiana Ines Damasio e Silva cumprimentou a todos os presentes e falou da importância da Reestruturação deste conselho, da importância do poder público e da sociedade civil, na participação nas reuniões. Para dar continuidade leu o nome das entidades e seus representantes, além da representação governamental. Entidades da sociedade civil, representantes da pastoral da criança; Marcilene Sousa Luz, titular e Luzia Martins da Silva Otavio, suplente; representantes do Sindicato Dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais; Maria do Rosário Santos Cruvel, titular e Luzia Fernandes dos Reis, suplente; representantes da Associação dos Trabalhadores do Projeto de Assentamento 700; Eudes Paz Barreira, titular e Antônio Carlos Costa, suplente; representantes da Associação dos trabalhadores do Projeto de Assentamento União; Adão Francolino Carneiro, titular e Marcos Aguiar Santos, suplente; representantes da Associação dos trabalhadores do Projeto de Assentamento Jurai; Valdimar Rios de Sousa, titular e Ciriaca Prudecia da Silva Rios, suplente; representantes da Associação dos trabalhadores do Projeto de Assentamento Pé do Morro; Josias Pereira Luz, titular e Irene Barros Ferreira de Sousa; representantes da Associação dos Trabalhadores do Projeto de Assentamento Cocal; Raquel Geralda de Oliveira Silva, titular e Zenaide Fernandes de Oliveira. E para representar o segmento governamental ficou da seguinte forma: Secretaria Municipal de Assistência Social: Thaila Flavio dos Reis Costa, titular e Gleice Cristina Lucinda de Sousa Silva, suplente; representantes da Secretaria Municipal de Saúde: Jaisson Soares Ferreira, titular e Roberto Felipe da Silva Santos, suplente; representantes da Secretaria Municipal de Educação: Poliana Oliveira de Araújo, titular e Danielles Farias dos Reis, suplente. E para representar a Secretaria Municipal de Agricultura: Genes Pereira Maciel Gomes, titular e Camila Cristina Fernandes, suplente. Logo em seguida foi feita a composição da Mesa Diretora, ficando composta pelos seguintes conselheiros: Presidente, Poliana Oliveira de Araújo e suplente Camila Cristina Fernandes e secretária Gleice Cristina Lucinda de Sousa Silva. Feita a votação todos aprovaram por unanimidade. Este conselho terá validade de dois anos. Ficando também aprovado o calendário de reuniões a cada dois meses, nada mais a tratar foi encerrada a reunião e após lida e aprovada a presente ata vai por todos os presentes assinada.

Lucinda de Sousa Silva, Josias Pereira Luz, Raquel
 Geralda de Oliveira Silva, Zenaide Fernandes de
 Oliveira, Irene Barros Ferreira de Sousa,
 MARCOS AGUIAR SANTOS, ANTONIO CARLOS COSTA, GLEICIA CRISTINA
 MARCILENE SOUSA LUZ, LUZIA FERNANDES DOS REIS
 Roberto Felipe da S. Santos, Maria do Rosário Santos Cruvel, Ciriaca
 Prudecia da Silva Rios, Jaisson Soares Ferreira,
 Thaila Flavio dos Reis Costa, Cristiana Ines Damasio e
 Silva, Genes Pereira Maciel Gomes, Poliana Oliveira de Araújo,
 Valdimar Rios de Sousa, Luzia Martins da Silva Otavio